



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 697 - DE 9 A 23 DE SETEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

◉ **impasse da guerra na Ucrânia encerra o perigo de maior escalada militar**

A classe operária e demais explorados, unidos e em luta, podem acabar com a guerra

POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÕES, SEM NENHUMA IMPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS IMPERIALISTAS!

◉ governo Lula se mostra claramente antioperário e antipopular

ORGANIZAR UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA, EM DEFESA DE UM PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS EXPLORADOS

85 anos da fundação da IV Internacional



RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Pelo fim da guerra na Ucrânia

A guerra entra em seu 19º mês. Nada indica que uma solução esteja próxima. No entanto, o seu longo percurso atingiu o momento de impasse. A Rússia garante o controle de parte do território ocupado. A Ucrânia não teve capacidade para realizar uma contraofensiva vitoriosa. Os Estados Unidos e sua aliança esperavam que, com os armamentos mais avançados, as Forças Armadas ucranianas romperiam a cidadela russa. Se assim o fizesse, Volodimir Zelensky poderia manobrar com a bandeira da paz.

A crise político-militar causada pelo rompimento de relações dos mercenários do Grupo Wagner com o Kremlin eclodiu em meio à contraofensiva, mas não abalou em nada as posições russas. Agora, mais recentemente, a morte de Yevgeni Prigozhin e dos principais comandantes representa um enfraquecimento dos mercenários do ponto de vista da crise. É secundário saber se a explosão do avião que os transportava resultou de um atentado ou de um acidente de percurso. O fato é que a aliança ocidental não pôde contar com um abalo interno ao governo Putin e entre a população. O que poderia auxiliar o imperialismo diante do fracasso da contraofensiva.

O escândalo de corrupção na cúpula das Forças Armadas ucraniana chegou ao ponto em que Zelensky se viu obrigado a demitir o ministro da Defesa, Oleksii Reznikov. Sabe-se que a oligarquia burguesa que tomou conta da Ucrânia se utiliza da venalidade dos governantes e da caricatura de Estado independente para realizar seus negócios e empurrar o país para os braços dos capitalistas europeus e norte-americanos. Esse modo de existência do Estado ucraniano serve muito bem à estratégia da OTAN de apertar o cerco militar à Rússia. O problema está em que a corrupção desenfreada nas condições de financiamento da guerra pelas potências se converte em problema político interno, principalmente nos Estados Unidos. Cresce o descontentamento entre a população. Não apenas influenciado pela divisão entre republicanos e democratas, que se preparam para as eleições presidenciais. Mas, sobretudo, pelas contradições econômicas.

O governo de Joe Biden transformou a guerra da Ucrânia em principal bandeira, de forma a avançar a guerra comercial contra a China e justificar a escalada militar no Oriente. O prolongamento da guerra na Ucrânia vem se materializando com bilhões de dólares e com a ativação da indústria militar. Mas como a Rússia firmou posição em território ucraniano, montando uma fortificação na região de Donbass, o passar do tempo levou ao impasse, e assim se potencia a crise política nos Estados Unidos e nas potências europeias.

As cúpulas da OTAN não resultaram em mudança estratégica do intervencionismo imperialista no sentido de romper e extrapolar as fronteiras da guerra. Esse era o desejo de Zelensky, cujo impasse do enfrentamento passa a favorecer a linha de Putin. Não há unidade das potências para esticar o cordão da guerra ao ponto de rompê-lo e expandir a conflagração pela Europa. Há o risco de a classe operária abrir os olhos, livrar-se da camisa de força imposta pelas direções submissas à burguesia e passar da passividade para a ação contrária à guerra. A luta dos trabalhadores franceses, alemães, ingleses e espanhóis, e mesmo americanos, contra os efeitos da crise econômica poderá se converter em movimento contra a guerra. As massas não podem ficar alheias ao impasse, e terão de reagir a um transbordamento da guerra.

O fracasso da aliança ocidental em não ter conseguido isolar completamente a Rússia limitou a ofensiva da OTAN. É certo que o imperialismo teve êxito em aumentar sua fronteira com a Rússia, incorporando a Finlândia e Suécia. Mas, se tratava de uma possibilidade prevista, considerando o enfraquecimento estratégico da Rússia, envolvida em múltiplos conflitos em torno à ascendência sobre os territórios antes pertencentes à URSS, por meio da política e dos métodos da opressão nacional às ex-repúblicas soviéticas. Não havia como, no processo de restauração capitalista, que levou à desintegração da URSS, conter a ofensiva do capital imperialista por meio de acordos e de alguma forma de coexistência pacífica.

A guerra na Ucrânia se configurou como o ponto mais alto das contradições que se potenciaram e emergiram da restauração capitalista. Eis por que os seus entrelaçamentos com os choques dos Estados Unidos com a China configuram e impulsionam a crise mundial do capitalismo a um estágio mais elevado após a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia. Observa-se um poderoso processo de desequilíbrio das relações internacionais, que arrasta continentes e regiões. Os realinhamentos de força no Oriente Médio e os tremores causados pelos dois golpes de Estado na África – Níger e Gabão – são sintomas de deslocamentos mais gerais. Os seus reflexos na América Latina comparecem na forma de crise política, impressa na derrocada de governos burgueses, tanto de direita quanto de esquerda reformista. Em sua base estão a miséria das massas e a fermentação de um grande descontentamento. A guerra na Ucrânia continua no epicentro das divisões e dos confrontos capitalistas. Mas, seu potencial de crise se torna mais perigoso com a agudização do enfrentamento econômico-financeiro entre Estados Unidos e China.

A recente ampliação do Brics evidenciou um realinhamento de força contrário aos interesses dos Estados Unidos e à sua hegemonia, sobretudo. É mais um sinal de que o prolongamento da guerra na Ucrânia age sobre as relações mundiais no sentido de maior desagregação e da escalada militar. Os porta-vozes das potências trabalham para que a disputa entre a China e a Índia pela demarcação de fronteiras contamine a posição dos países que não se deixaram levar pela aliança montada pelos Estados Unidos, que transformou o povo ucraniano em bucha de canhão dos interesses do capital financeiro. Dezenove meses de guerra localizada na Europa não têm o mesmo peso e alcance que o tempo guerra em outras latitudes, como no Iraque, Síria etc. Está expressando as contradições mais profundas do capitalismo em decomposição.

A “visita surpresa a Kiev” do secretário de Estado americano se deu quase às vésperas da cúpula do G-20. Biden exerce pressão para que Zelensky mantenha a contraofensiva. Entregou-lhe US\$ 1 bilhão e acertou o envio de munições à base de urânio, o que traz à tona os perigos das armas nucleares. Não faz muito, os Estados Unidos prometeram enviar bombas de fragmentação. São meios para sustentar uma guerra que a Ucrânia não tem como vencer com suas próprias capacidades. Está claro que o impasse encerra o perigo do imperialismo procurar rompê-lo reforçando a escalada militar. Ganha cada vez mais importância a bandeira do fim da guerra, por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição dos Estados Unidos e aliados imperialista.

Enfrentar o governo Tarcísio com as bandeiras e os métodos de luta dos explorados

O governador Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, segue a política direitista, autodenominada de liberal. Diante da inelegibilidade do ultradireitista e corrupto Jair Bolsonaro, Tarcísio vem tomando para si seu legado político. Isso na perspectiva de arrebanhar seus milhões de votos para cacifar as eleições presidenciais de 2026. Faz parte desse jogo eleitoral, a aproximação com o prefeito direitista Ricardo Nunes/MDB, visando apoiá-lo em sua reeleição municipal do próximo ano. Por outro lado, Tarcísio procura atrair camadas da classe média com suas ações militares, em nome da segurança da população. Com a justificativa de combater a criminalidade e o tráfico de drogas, ordena que os policiais executem os chamados suspeitos, geralmente a juventude pobre e negra. O exemplo mais recente foi a chacina do Guarujá, a intitulada Operação Escudo, que só veio a público devido ao assassinato de 28 pessoas. Mas diariamente a polícia, comandada pelo seu Secretário de Segurança, vem reprimindo e assassinando no centro da capital e nos bairros operários.

A herança bolsonarista não se limita às ações bárbaras cometidas pelos policiais. Tarcísio conta com os deputados ultradireitistas na Assembleia Legislativa, que no final de agosto fizeram uma homenagem ao coronel Erasmo Dias, homem da ditadura militar que invadiu a Universidade (PUC-SP), em setembro de 1977, reprimindo uma manifestação de estudantes, deixando dezenas de feridos e causando prisões de cerca de mil estudantes, que foram conduzidos aos centros de tortura da ditadura militar, entre eles ao Batalhão Tobias Aguiar. Fato que teve repercussão não só no Brasil, mas também na imprensa internacional. Diante dessa homenagem a um torturador, Tarcísio consentiu. O Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, PT e PSOL recorreram ao Supremo Tribunal e um dos ministros deu um prazo para que Tarcísio de Freitas e o presidente da Assembleia Legislativa explicassem as razões dessa homenagem a um torturador, para que seu nome fosse dado a uma via pública na cidade de Paraguaçu Paulista.

O consentimento de Tarcísio denuncia seu apreço a homens da ditadura militar. Seu padrinho político, Bolsonaro, fez o mesmo, quando da votação do impeachment de Dilma Rousseff, em que exaltou o coronel Brilhante Ustra, torturador do Doi-Codi de São Paulo. Desgraçadamente, Erasmo Dias, Ustra e outras centenas de torturadores morreram sem que os trabalhadores pudessem puni-los pelos seus monstruosos crimes. O que possibilita que governos e deputados continuem exaltando esses herdeiros da ditadura militar.

O privatista Tarcísio segura como pode o empresário Renato Feder no posto de secretário da Educação. Depois do episódio dos livros didáticos e do escândalo em torno à empresa Mutilaser, de propriedade de Feder, agora vieram os erros grosseiros cometidos pelas plataformas digitais que foram encaminhadas às escolas. Erros históricos sobre a Lei Áurea, atribuída a D. Pedro II, erros de biologia, atribuindo

a causa de Parkinson aos problemas da água, entre outras barbaridades. Frente a esse novo escândalo, Tarcísio ao invés de demitir Feder pediu o afastamento dos responsáveis pelas plataformas. A não demissão de Feder está ligada ao programa de privatização e terceirização que Tarcísio vem implantando na rede estadual de ensino.

O problema não se atém ao colaboracionismo das direções sindicais. A política do reformismo, encabeçada pelo PT, que arrasta partidos como o PSOL, atua insistentemente sobre os explorados para convencê-los a confiar nas instituições do Estado e em sua democracia. De um lado, a burocracia freia a luta sindical e popular; de outro, as direções políticas canalizam a revolta dos trabalhadores para as eleições.

No entanto, um governo policial, denunciado de corrupção e pronto para privatizar o que resta da Sabesp, Metrô e CPTM continua tendo altos índices de popularidade, conforme pesquisas divulgadas. Qual é a razão desse feito? A razão está porque governa sem que as massas descontentes ganhem as ruas. A sua governabilidade é de responsabilidade das direções sindicais e populares, que não se dispõem a organizar movimentos massivos contra as chacinas, a repressão policial, a falta de atendimento médico, o fechamento de escolas, a ausência de moradia e a violência despejada diariamente sobre os moradores de rua. Ao contrário, os poucos protestos contra as privatizações e chacinas continuam sendo raquíticos e corporativos. Ao contrário de armar uma poderosa luta contra a privatização da Sabesp, as direções realizaram no dia 5 de setembro um ato em local fechado para lançar uma farsa de plebiscito popular. O problema não se atém ao colaboracionismo das direções sindicais. A política do reformismo, encabeçada pelo PT, que arrasta partidos como o PSOL, atua insistentemente sobre os explorados para convencê-los a confiar nas instituições do Estado e em sua democracia. De um lado, a burocracia freia a luta sindical e popular; de outro, as direções políticas canalizam a revolta dos trabalhadores para as eleições. Enquanto não houver luta direta contra o bolsonarista Tarcísio, sua governabilidade continuará sendo assegurada pela vasta classe média e pelos capitalistas. E a direita e a ultradireita se aproveitarão do campo aberto deixado pelo fracasso do reformismo e pela traição das direções colaboracionistas. A bandeira de “Fora Tarcísio/Feder”, pela experiências passadas, só serve para as disputas eleitorais. O POR, ao contrário, defende a organização de um movimento pelas bandeiras: “Abaixo as privatizações”. “Controle da escola por quem estuda e trabalha”, “Tribunal Popular” para apurar as chacinas e punir os assassinos. “Fim do Estado policial”. É com essas bandeiras que os explorados enfrentarão a política da ultradireita, não só no plano estadual, mas também nacional.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Setembro de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Notas do Boletim Nossa Classe

O que está por trás das negociações entre a Volkswagen e a direção do sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que no dia 31 de agosto iniciou negociações com a Volks para discutir uma nova plataforma de produtos, novos investimentos para a unidade Anchieta, além da renovação do acordo de “manutenção” dos empregos até 2028, que vence em 2025. Devido ao desenvolvimento tecnológico, a chamada indústria 4.0, a Volks e demais montadoras têm introduzido um número cada vez maior de robôs na linha de produção, demitindo os trabalhadores e substituindo a força de trabalho humana, por máquinas.

Para combater a lógica capitalista dos patrões, que para aumentar seus lucros, substituem os trabalhadores por máquinas, terceirizam, reduzem salários e direitos, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e demais sindicatos do país devem defender por meio da greve, da ocupação das fábricas e do controle operário da produção, a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Com o avanço da crise econômica, a superprodução e a concorrência entre os capitalistas se agigantaram. A modernização da produção de carros tem forçado as montadoras a implantarem tecnologias avançadas, para não serem engolidas pela concorrência. A substituição da mão-de-obra humana pelos robôs tem sido um mecanismo para preservar os lucros e vencer a concorrência. É o que se passa na Volks. É tarefa da direção sindical organizar a luta em defesa dos operários, mas o contrário tem ocorrido. A direção acaba negociando com a montadora as demissões e as terceirizações.

O Boletim Nossa Classe vem exigindo a convocação de assembleias democráticas e a organização da luta em defesa dos empregos. Diante das novas tecnologias, é preciso defender a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. A bandeira que responde a esse problema nacional é a Escala móvel das horas de trabalho. Diante do fechamento de fábricas e demissões em massa, é necessário lutar pela estatização das fábricas, sob o controle operário da produção.

Avivar a memória

As mentiras da Volks e da direção do sindicato de que os trabalhadores têm garantia de emprego começaram em 2001 e são usadas até hoje, para aprovar acordos de demissão e retirada de direitos. Em 1998, trabalhavam na Volks de São Bernardo do Campo 24 mil trabalhadores efetivos. Atualmente trabalham apenas 8.200. Com a mentira da garantia de empregos, em 25 anos, a Volks conseguiu eliminar 16 mil postos de trabalho.

Mas a mentira continua. Junto com a perda de emprego, houve também a perda de salários. Em maio deste ano, por

exemplo, a Volks contratou 100 trabalhadores temporários, até dezembro, com salário de R\$ 2.235, ou seja, 1/3 do salário que recebe os trabalhadores da produção, que são efetivos. Em 2001, o então presidente do sindicato, Luiz Marinho - hoje Ministro do Trabalho de Lula - negociou e defendeu um acordo que permitiu a Volks demitir 700 trabalhadores, reduzir 30% dos salários para novos contratados, reduzir a jornada, com redução de 15% nos salários, terceirizar vários setores da fábrica etc. Para aprovar a proposta, Marinho mentiu dizendo que o acordo garantia os empregos até 2006. Logo depois da aprovação vieram as demissões, provando que não existia garantia de emprego para os trabalhadores. Em 2020, o sindicato negociou outro acordo, que permitiu a Volks demitir 5 mil trabalhadores até 2025, renovar o banco de horas, a redução da jornada, com redução de salários, não incorporar o INPC total do período aos salários etc. O burocrata pelego Wagnão, então presidente do sindicato, também mentiu dizendo que os trabalhadores teriam a garantia de emprego. A verdade logo veio. Em 2021, 2022, 2023, a Volks colocou milhares de trabalhadores de lay-off e quando retornavam ao trabalho, muitos com doença ocupacionais, adquiridas no trabalho, foram demitidos.

As perseguições aos operários têm se tornado frequentes, sem que a direção do sindicato levante uma palha em defesa do trabalhador. Recentemente, a Volks demitiu por justa causa os operários que se opunham às medidas patronais e criticavam a conduta da direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo uma campanha pela reintegração imediata ao trabalho, dos companheiros José Parane e Eduardo Marques, ambos com doença ocupacional, perseguidos e demitidos por justa causa, pela Volks. Tem ficado claro para os operários que os únicos que têm seus empregos garantidos, com os acordos feitos entre a Volks e o sindicato, são os dirigentes sindicais pelegos ligados a direção traidora. A experiência tem mostrado que os acordos de lay-off, PDV's, redução de jornada, com redução de salários, terceirização só tem beneficiado os patrões.

O Nossa Classe faz um chamado aos trabalhadores da Volks e demais empresas a constituírem as oposições de luta, independentes, classistas e revolucionárias, para recuperar o sindicato para a luta dos trabalhadores e expulsar os dirigentes traidores. Combater as demissões por meio da ação direta, levantando a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Lutar por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Lutar pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, defender a bandeira de trabalho igual, salário igual e o fim da terceirização.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Pernambuco

Greve dos metroviários é encerrada sem o atendimento das reivindicações

Sem o atendimento das reivindicações, a greve dos metroviários de Recife e Região Metropolitana foi definitivamente encerrada na assembleia do dia 01 de setembro. A direção do sindicato (PCdoB) apresentou como vitória o miserável reajuste de 3,45%, mesmo com a continuidade do processo de privatização, que coloca em risco os empregos da categoria. Os metroviários encerraram a greve frustrados, porque após 25 dias de greve não conseguiram quebrar a inflexibilidade do governo Lula e da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

Nesta assembleia não teve parlamentares, nem centrais sindicais, como a CSP-Conlutas e CUT. O POR participou da assembleia com o Boletim Nossa Classe, onde apontamos a importância da assembleia fazer um balanço da greve, suspensa, no momento, para uma retomada fortalecida do movimento. No Boletim consideramos três causas principais para o enfraquecimento da greve: 1) a política de passividade da direção do sindicato; 2) o isolamento causado pela falta de ação das centrais sindicais; 3) as consequências das ilusões no governo Lula, despertadas pelos governistas.

A greve ficou fragilizada com o encerramento/suspensão na assembleia do dia 25 de agosto, onde, sem nada em mãos para oferecer à categoria, a direção já defendeu o encerramento da greve. A categoria percebeu a manobra, mas ficou dividida. Uma ala mais consciente rechaçou a manobra, votou pela continuidade da greve e exigiu a contagem dos votos. Mas, foi aprovado o encerramento. A direção já anunciou como “grande vitória” a garantia da recuperação do sistema”. O fato é que houve derrota. Até o momento só teve o anúncio de R\$4 milhões do PAC para estudos que certamente subsidiarão a privatização. Com as vacilações do sindicato, na reunião do dia 30 de agosto, a SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) e CBTU se mantiveram inflexíveis com a “proposta” de Acordo Coletivo Especial de Estabilidade.

O sindicato convocou a assembleia do dia 01 de setembro para a categoria decidir o que fazer diante da inflexibilidade, mas a categoria mostrou desânimo com os vacilos da direção do sindicato, que conduziu a assembleia como se já houvesse “vitória” e que “os 3,45% é mais que o 1% anunciado para o funcionalismo federal”; “que em questão de meses a concessão vai vir, e que é preciso tentar o melhor acordo para garantir a estabilidade”. O fato é que a exemplo do que ocorreu no metrô de Belo Horizonte, a privatização cumprirá a função de reduzir a despesa do Estado com o funcionalismo público, o que se choca diretamente com a estabilidade.

O desânimo da categoria veio do fato da direção do sindicato ter mantido uma greve passiva, subordinou o movimento coletivo dos trabalhadores às ilusões eleitorais, parlamento e governo. No ano passado, levou a categoria a se iludir de que a resolução dos problemas viria da eleição de Lula e saída de Bolsonaro do poder. Mas, o que se vê, em poucos meses do governo Lula é que ele dá continuidade aos ataques e privatizações. Mesmo com as diferenças em relação aos governos de Temer e Bolsonaro, o novo governo é burguês. Além de arrastar os trabalhadores a se iludir com as eleições, este ano chamou reunião com políticos de todo tipo, encenação da comissão do Congresso Nacional para “estudar como resolver os problemas do metrô” (que se resume a como será a privatização), e caravana a Brasília com 100 metroviários para “sensibilizar” o governo. Além disso, no dia 17 de agosto o sindicato se subordinou à medida antigreve do judiciário e voltou a funcionar 100% no horário de pico, o que anulou o impacto econômico da greve.

O Boletim Nossa Classe alertou que estas ações estão muito distantes de conseguir pressionar o governo, que as ilusões eleitorais e parlamentares levam à derrota. É necessário que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, com greve ativa. A jornada que

era utilizada para o sistema funcionar, durante a greve deveria servir para fortalecer o movimento, buscando aliados entre os explorados e oprimidos, para dar visibilidade às reivindicações. Isso se faz com comando de greve eleito na assembleia; com as grandes manifestações; com bloqueios de avenidas e rodovias. As organizações das massas precisam se erguer para botar abaixo todas as restrições ao direito de greve, sob os métodos próprios da classe operária. Por isso, o defendemos: Que a assembleia aprovasse a retomada da greve, criação do comando de greve sob controle da assembleia e ações que mostrassem a força da categoria nas ruas, com atos massivos e radicalizados; diante das ilusões nos métodos jurídicos, nenhuma confiança no dissídio! Só a luta forte e unida dos metroviários, junto aos demais trabalhadores poderia garantir a vitória; manutenção da greve até a retirada da CBTU do Plano Nacional de Desestatização.

A greve dos trabalhadores da CBTU se chocou diretamente com o governo Lula em seus primeiros meses, por isso sua experiência é de grande importância na luta de classes. É parte da luta contra as demissões, por salários de acordo com as necessidades das famílias trabalhadoras, pela recuperação do poder de compra corroído pela inflação, por transporte público etc. Apesar disso, as centrais e sindicatos não agiram para quebrar o isolamento da greve dos metroviários. Mesmo diante de outras campanhas salariais em andamento, como dos petroleiros e ecetistas, as centrais não cumpriram seu papel de unificar as lutas. O isolamento das greves leva ao seu definhamento, e foi o que ocorreu com a greve do metrô. As direções das centrais só fizeram discursos nas assembleias, e na prática agiram para submeter o movimento ao eleitoralismo e ao objetivo de garantir a governabilidade de Lula.

É necessário romper as ilusões no governo Lula. O sindicato levou os trabalhadores a confiarem de que as conquistas se dariam empurrando o governo para o lado dos trabalhadores. Uma ilusão! O governo expressa os interesses dos capitalistas, não é um aliado dos trabalhadores, por isso nossa luta deve ser contra o governo. Muito se diz que isso poderia fortalecer a ultradireita, mas é uma falsificação. A ultradireita nunca estará conosco na luta pelos empregos, salários, direitos e contra a privatização. Pelo contrário, é a frente ampla do governo que se abre cada vez mais para a ultradireita, regada com a liberação de dezenas de bilhões de reais, com vários ministérios nas mãos de antigos aliados de Bolsonaro. Nas próximas eleições municipais, o PT vai se aliar com o PL, partido de Bolsonaro. Por isso, o Nossa Classe defende a construção de uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin. É na luta pelas reivindicações que os trabalhadores se fortalecem para enfrentar o conjunto da burguesia, inclusive a ala golpista.

O Boletim defendeu que as centrais e sindicatos convoquem os comitês de luta nos locais de estudo, trabalho e moradia, para construção de um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações para mostrar a força coletiva dos trabalhadores. Que crie comitês de base dos trabalhadores do setor público e privado para organizar as ações diretas. Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem as massas contra a privatização do metrô, defendendo que o governo Lula garanta os R\$ 4 bilhões necessários para interromper o sucateamento dos trens e garantir a expansão do sistema.



A GREVE DOS METROVIÁRIOS E OS RUMOS DA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

11/09 • SEG • 18h
UFPE-CCSA
Recife-PE
Com metroviários e apoiadores

13/09 • QUA • 20h
TVACOMUNA
Com militante do Boletim Nossa Classe/POR e ex-diretor do Sindmetro, militante do PSTU.

Mais informações no WhatsApp
81 9789-6107

Rodoviários - Recife

Não à redução da Frota

Unidade de trabalhadores e usuários do transporte para defender os empregos e impedir que os ônibus fiquem mais lotados, inseguros e demorados

O sindicato dos rodoviários convocou um ato, no dia 5 de setembro, contra a redução da frota, em resposta ao anúncio do Consórcio Grande Recife de retirada de circulação de mais de 200 ônibus.

O Boletim Nossa Classe esteve presente com seu material chamando a lutar não só contra a redução, mas pela ampliação, fim da dupla função e redução da jornada para criar mais postos de trabalho, ter um transporte público com menos espera, interligando mais bairros e regiões, sem superlotação. O que só será possível com um transporte 100% público e estatal sob o controle coletivo da classe operária. Defendemos: 1) que o sindicato dos rodoviários, centrais sindicais, movimentos populares, entidades estudantis convoquem uma plenária que organize a luta contra a redução da frota e pela quantidade necessária de ônibus para o atendimento da população; 2) pela construção

de um comitê de luta democrático, aberto à comunidade; 3) que organize um ato massivo, com ampla divulgação, paralisação dos ônibus e bloqueios de avenidas e rodovias.

Infelizmente o sindicato fez um ato de fachada, esvaziado. Assim, registra em suas redes sociais que fizeram alguma coisa. Em vez de colocar a categoria em movimento, substituiu as ações coletivas pelos métodos jurídicos e parlamentares que só levam a derrotas. Algumas lideranças comunitárias expressaram todo o tormento de quem depende do transporte coletivo.

O ato ocorreu na frente da sede do Consórcio grande Recife, mas nenhum representante nem mesmo desceu. O sindicato prometeu atos mais fortes, mas se não abandonar a política eleitoral, a luta continuará somente como fachada e o sindicato e movimentos servirão apenas de trampolim carreirista.

Ceará

Não à demissão dos 907 servidores temporários de Maranguape!

No dia 31/08, em Maranguape (município da região metropolitana de Fortaleza), o prefeito Átila Câmara, do Solidariedade, publicou a demissão de 907 servidores temporários do município, que trabalhavam em diversas áreas, desde escolas até secretarias de governo. É bom lembrar que o partido Solidariedade foi criado pela Força Sindical, a ala mais a direita do sindicalismo de colaboração de classes.

A prefeitura havia contratado esses trabalhadores pelo regime de “bolsas” via empresa INGETI (Instituto Nacional de Gestão, Educação e Tecnologia) pagando salários miseráveis e sem qualquer direito como férias, 13º, contribuição previdenciária etc.

Vereadores de oposição denunciaram a situação ao Ministério Público (MP), que inquiriu a Prefeitura. Diante das irre-

gularidades, Átila respondeu demitindo os 907 servidores e jogando a culpa na oposição e MP. No dia 31 de agosto, uma multidão de servidores demitidos ocupou o plenário da Câmara e, indignados, agrediram o vereador da oposição.

O Sindicato dos servidores (Sinproema) tem se mostrado fraco para apontar uma saída organizada. Os trabalhadores despolitizados e desorganizados se tornaram, dessa forma, em joguete nas mãos das frações burguesas que disputam o poder no município.

O POR defende a readmissão imediata de todos os demitidos, com contratos formais, carteira assinada e estabilidade no emprego a todos! Que o Sinproema convoque assembleia da categoria e organize a luta dos demitidos em defesa do retorno ao trabalho.

São Paulo

Ato de lançamento do plebiscito popular contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM

No dia 5 de setembro ocorreu, na Quadra do Sindicato dos Bancários de SP, o Ato de Lançamento do Plebiscito Popular contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. No ato, chamado pelos sindicatos Sintaema, Metroviários, Ferroviários compareceram representantes das Centrais, de Sindicatos, dos partidos políticos PT, PCdoB, PSOL, PSTU e Correntes Políticas. Destacou-se a presença do movimento por moradia ligado ao PSOL.

As intervenções das direções das Centrais mostraram a disposição de luta dos trabalhadores, tanto das empresas que estão no plano de privatização, quanto de outras categorias e dos movimentos populares. Os dirigentes denunciaram que no mesmo dia do ato, o governo Tarcísio também iniciou uma campanha televisiva a favor da privatização, divulgando que a

privatização reduzirá o preço dos serviços. O PSTU denunciou a lei das Parcerias Público-Privadas, mantida pelo governo Lula/Alckmin, pela qual se realizou a privatização do Metrô de Belo Horizonte e Recife. Foi lembrado do plebiscito vitorioso contra a Alca. O representante da pastoral Operária chamou os presentes para participar do Grito dos Excluídos na Praça da Sé. Os dirigentes sindicais da Sabesp, Metrô e CPTM indicaram a pretensão de deflagração de greve no final de outubro, após o encerramento do plebiscito, em 4 de outubro. Por meio do plebiscito procurarão coletar pelo menos um milhão de assinaturas. Apesar de falarem em greve, o plebiscito, certamente, fará parte da campanha eleitoral do reformismo frente populista PT/PSOL e aliados contra os direitistas Tarcísio e Nunes. O POR pediu a palavra no ato, mas os organizadores não con-

cederam. Rapidamente encerraram o ato com a apresentação musical, cantada por Suplicy.

O POR tem participado de todas as manifestações convocadas contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Tem feito uma campanha contra as privatizações e defendido a estatização integral das estatais, sob o controle dos trabalhadores e usuários. Diante da decisão das direções sindicais de realiza-

rem um plebiscito, o POR vem mostrando que essa ação por si só não leva à organização de poderosas manifestações de rua. E que é preciso que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem as assembleias e aprovelem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, que combine as reivindicações de empregos, salários e direitos trabalhistas com a luta contra as privatizações, que ocorrem em todo o país.

Intervenção do POR no Dia dos Excluídos - Manifesto distribuído no ato em São Paulo

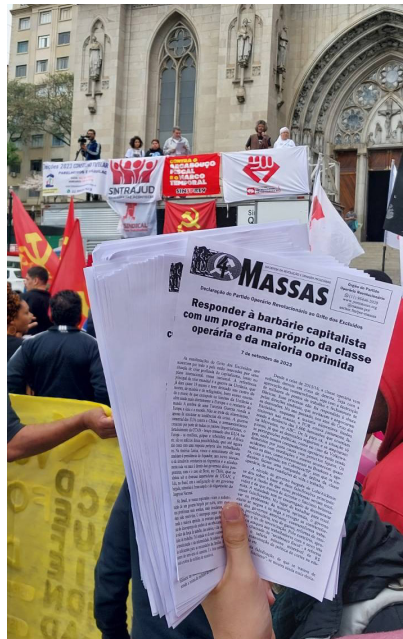
Responder à barbárie capitalista com um programa próprio da classe operária e da maioria oprimida

As manifestações do Grito dos Excluídos que acontecem por todo o país estão marcadas por uma situação de crise profunda do capitalismo, tanto no plano internacional, como nacional. A referência principal da crise mundial é a guerra na Ucrânia, que já dura quase 19 meses e tem deixado um rastro de mortes, de miséria e de refugiados, bem como causado o receio de que ultrapasse os limites da Ucrânia e afete ainda mais diretamente a Europa e o restante do mundo. A sombra de uma Terceira Guerra ronda a Europa, a Ásia e o mundo. Não se trata de alarmismo, apenas de constata as tendências da crise. A guerra comercial dos EUA contra a China, o armamentismo crescente por parte de todos os países imperialistas, o fortalecimento da OTAN - braço armado dos EUA na Europa - os conflitos, golpes e rebeliões na África etc. são os indícios dessa possibilidade, que até agora não conta com uma resposta própria dos trabalhadores. Na

América Latina, vimos o assassinato de um candidato à presidência do Equador, um novo ascenso da ultradireita aventureira na Argentina e o alinhamento cada vez mais à direita dos governos ditos progressistas, como é o caso de Boric, no Chile, que se alinhou sob as diretrizes imperialistas da OTAN, e Lula, no Brasil, com a configuração de um governo burguês, submetido à frente ampla e às oligarquias do Congresso Nacional.

No Brasil, as massas exploradas viram a substituição de um governo burguês por outro, sem que seus problemas mais sentidos, mais imediatos, tenham sido resolvidos. O desemprego segue massacrando a maioria oprimida. As eventuais quedas na taxa do desemprego são produto de um rebaixamento do valor da força de trabalho, dos salários, e das condições de trabalho. Tal redução se dá com o aumento da terceirização e da informalidade. Os salários não são suficientes para as necessidades das famílias. O número de sem-teto só aumenta. E a fome continua sendo a rotina de milhões de miseráveis.

Desde a crise de 2015/16, a classe operária vem sofrendo derrota em cima de derrota. Seja com a aprovação das contrarreformas, seja com a destruição de milhares de postos de trabalho e fechamento de fábricas. Esse processo não foi respondido à altura pelas direções sindicais, que aceitaram e negociaram as demissões. No ano passado, nos atos do Grito dos Excluídos, enquanto a maioria alimentava ilusões eleitorais nas massas, o



POR estava justamente fazendo a denúncia das 3.600 demissões que ocorriam na Mercedes, no ABC. De lá para cá, a situação só piorou, já que as demissões seguiram e se ampliaram as perseguições políticas, como no caso da Volkswagen, onde nossos companheiros operários estão sendo demitidos por justa causa com pretextos fajutos. Os acidentes com mutilações e mortes acontecem quase todos os dias, como recentemente na Braskem e, agora, com a explosão em Cabreúva/SP, sem que os sindicatos façam uma campanha de defesa da classe operária, de suas condições de vida e trabalho.

A eleição do governo burguês de Lula/Alckmin se deu sobre a base de duas falsificações principais: trouxe a ilusão de que esses problemas seriam resolvidos e de que tratava de derrotar o fascismo bolsonarista. A realidade tem se encarregado de desmascarar essas falsificações. No lugar de trabalhar para resolver os problemas da maioria oprimida, o governo eleito se negou e se nega a revogar as contrarreformas dos governos anteriores: reforma trabalhista, previdenciária, teto de gastos, reforma do ensino médio e lei de terceirização. Pelo contrário, aprofundou os ataques aos trabalhadores com o novo teto de gastos, chamado de 'arcabouço fiscal', a reforma tributária, o salário mínimo miserável de R\$ 1.320,00, a manutenção da política de cortes na educação e saúde etc.

A segunda falsificação, de que se tratava de "lutar contra o fascismo", se mostra ainda mais deslavada. O PT, na última semana, aprovou uma deliberação que libera as alianças com o PL, partido de Bolsonaro, nas próximas eleições. O mesmo se passou em 2020, quando o PT se aliou ao PSL em mais de 130 cidades. A verdade é que as tendências fascistas, que se desenvolvem no interior da burguesia e das camadas da classe média, fruto do aprofundamento da crise capitalista, da decomposição da própria democracia burguesa oligárquica e da impotência da política conciliadora das direções do movimento, não pode ser derrotadas por meio de eleições. O campo de combate às tendências fascistas é o da luta de classes, com mobilizações massivas e organizadas, com uma política de independência de classe.

Nos estados, a situação não é muito diferente. Em São Paulo, o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas, do partido

Republicanos (que agora faz parte do governo Lula), avança em sua sanha privatista. Pretende privatizar a água, os transportes sobre trilhos e os portos. Tudo isso, sem que se tenha levantado um grande movimento de luta contra as privatizações, que, como sabemos, só piora os serviços, amplia as demissões e rebaixa as condições de trabalho e salários. Tarcísio não parece estar preocupado com uma reação social contra suas medidas, de tal forma que aparece tranquilamente nos noticiários para defender a polícia, quando essa pratica uma chacina, como foi no caso do Guarujá. A tranquilidade dos governos e da burguesia repousa na certeza de que as direções sindicais e políticas dos trabalhadores estão comprometidas em conter a luta das massas, para que elas não se choquem com os governos e com elas mesmas. Não por acaso, neste exato momento o PSOL e o PT não fazem outra coisa senão correrem atrás da candidatura de Boulos, quando as eleições estão distantes. Diante dessa situação no estado de SP, o POR levanta a bandeira “Abaixo o governo Tarcísio” e sua política privatista! Além de levantar as bandeiras contra a privatização, terceirização e contra a violência reacionária desse governo, para canalizar a revolta popular e impor uma resposta proletária aos problemas sofridos no estado pela classe operária e demais trabalhadores.

O Grito dos Excluídos tem a tarefa de fazer um balanço real da situação social e do papel dos governos, Federal, estaduais e municipais diante de todos esses problemas. O grande obstáculo para que a classe operária e a maioria oprimida respondam a esses problemas todos, com um programa e métodos próprios de luta, está na profunda crise de direção do proletariado brasileiro e mundial. Seus sindicatos estão estatizados e atolados até o pescoço no governismo. Estão comprometidos com a manutenção da conciliação para sustentar o governo burguês de Lula. Nesse sentido, o que se passou nos congressos da UNE e nos Cecuts são bons exemplos de como essas direções traidoras não estão comprometidas com as necessidades dos explorados e sim com a política de conciliação de classes. Foram congressos montados para aprovar o apoio ao governo, sem responder aos problemas mais importantes da classe. A superação dessa situação passa por criar no interior das fábricas, empresas, escolas e universidades as oposições classistas e revolucionárias, para varrer com as direções traidoras, sejam elas sindicais, populares ou estudantis.

É certo que as massas elegeram Lula confiando em suas promessas. No entanto, diante da própria realidade, vão se

descolar do governo, ao verem que Lula não só não combate as medidas antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro, mas também amplia os ataques, os trabalhadores. A maioria explorada vai perceber que esse governo não é seu. Não se trata de um governo em disputa, mas apenas mais um governo comprometido em sustentar os parasitas capitalistas. A tarefa dos revolucionários é ajudar as massas a fazerem a experiência com esse governo, mostrando seu caráter de classe e denunciando suas medidas. Está colocada a necessidade urgente de formar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin/Haddad, para servir de expressão ao descontentamento crescente das massas.

A superação da crise de direção é uma tarefa histórica do proletariado mundial. Seu objetivo principal é a reconstrução de seu partido mundial, a IV Internacional, que foi a continuidade das conquistas revolucionárias do proletariado, o que poderá colocar no plano concreto da luta de classes a defesa da revolução e ditadura proletárias. As táticas que devem ser aplicadas pela classe operária em cada país devem estar orientadas a esse objetivo. No plano internacional, está colocada a necessidade de lutar pelo fim da guerra de dominação, pelo desmantelamento da OTAN, fim das sanções, autodeterminação, integridade territorial retiradas das tropas russas da Ucrânia, e pela paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo. Esse é o único programa que unifica o proletariado russo, ucraniano e europeu. No plano nacional, essa luta deve ser encarnada pela defesa de um programa próprio da classe operária e dos demais explorados, que responda às suas necessidades mais sentidas e os coloque em movimento, com independência de classe e com os métodos históricos de luta, as greves, ocupações, bloqueios e mobilizações massivas. Nesta manifestação do Dia dos Excluídos, o Partido Operário Revolucionário (POR) chama as organizações presentes a defenderem que a centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lula, com paralisações, bloqueios e manifestações, em defesa do programa de reivindicações e que deem passo na preparação de uma greve geral. Essa é a resposta prática que o Dia dos Excluídos deve tomar, para fazer justiça às necessidades mais elementares dos pobres, miseráveis e famintos.

Por um Dia dos Excluídos de luta de classes!

Não à política de conciliação com a burguesia!

Por um dia Nacional de Luta!



Grito dos Excluídos em São Paulo - Divisão e governismo

A manifestação do Grito dos Excluídos na praça da Sé esteve marcada pelo divisionismo, esvaziamento e governismo.

No ano passado, a manifestação foi unificada porque as organizações que realizaram o ato na Paulista estavam impedidas, devido ao ato bolsonarista no local. O POR apontou naquele momento que tinha sido importante a unificação, mas que era preciso superar o divisionismo. Não foi o que aconteceu. A CMP voltou para a Paulista esse ano, mostrando que a unificação do ano passado foi apenas circunstancial. Isso fez com que o ato na Sé fosse esvaziado. Não houve empenho das organizações em convocar.

O governismo apareceu de duas formas em diversas intervenções. A primeira, de forma velada, que ataca o prefeito Ricardo Nunes e o governador Tarcísio, mas protege e blinda o governo Lula. A segunda, o governismo aberto, que coloca a eleição de Lula sobre Bolsonaro como uma das maiores conquistas da história, ou como um governo que tem boas intenções, mas precisa “ser pressionado pelas bases”, que é preciso “cobrar o governo” etc. Algumas intervenções chegaram a dar início à campanha eleitoral de Boulos para a prefeitura no ano que vem. O PSOL expressou o governismo mais explícito.

O POR atuou na manifestação com o manifesto “Responder à barbárie capitalista com um programa próprio da classe operária e da maioria oprimida”, onde mostra que o caminho da luta passa pela independência política diante dos governos, da unificação dos explorados sobre a base do programa de reivindicação e dos métodos próprios da luta de classes. Atuamos também com nossas bandeiras e com duas intervenções no carro de som.

As intervenções dos POR se diferenciaram das demais. A primeira por colocar os problemas da classe operária, que sequer tinham sido mencionados. O camarada porista fez a denúncia da perseguição política na Volkswagen e apresentou a campanha que o partido está fazendo pela readmissão dos operários, demitidos arbitrariamente por justa causa. A segunda intervenção iniciou pela constatação da crise internacional ampliada pela da guerra na Ucrânia, e, no plano nacional, a devida crítica ao governo burguês de Lula-Alckmin, como continuidade dos governos anteriores e a tarefa de formar uma oposição revolucionária, que organize a defesa dos explorados diante dos ataques da burguesia e do contínuismo da política de contrarreformas.

Transcrições das intervenções do POR no ato

Primeira intervenção:

Eu sou do Partido Operário Revolucionário, que edita o boletim sindical Nossa Classe.

Estamos aqui pra fazer uma denúncia e divulgar uma campanha que estamos fazendo em defesa de dois companheiros demitidos da Volkswagen. O companheiro José Parane, que apoiou a chapa de oposição na última eleição no sindicato dos Metalúrgicos do ABC e que foi, de forma arbitrária, demitido por “justa causa”. José Parane tem 30 anos na Volkswagen, é um companheiro lesionado, é um profissional e ele se posicionou sempre contra as demissões, contra os lay-offs, contra os PDVs e foi demitido por apoiar a chapa de oposição sindical que disputava a Comissão de Fábrica.

O outro companheiro é o Eduardo Marques, que também foi demitido por ter um posicionamento contra as demissões, contra as terceirizações etc., praticados pela burocracia sindical, que descaradamente tem traído a classe operária e os trabalhadores metalúrgicos do ABC.

Nós vamos apresentar essa moção nos congressos da CUT, O CECUT e no Congresso Nacional da CUT, na cara da burocracia, nós vamos defender essa moção e é preciso convocar as lutas, para uma assembleia de

luta na fábrica, pra categoria defender a readmissão desses companheiros, e vamos também apresentar essa moção no Congresso da CSP-Conlutas. E estamos correndo nos sindicatos dos trabalhadores que ainda tem um vínculo classista que defendam essa campanha, assine essa moção contra as demissões dos companheiros José Parane e Eduardo Marques.

É isso, o recado do boletim sindical Nossa Classe se apoia num programa de luta, de reivindicações da classe operária, contra a burguesia, contra o capitalismo, pela derrubada do capitalismo e construção da sociedade socialista, que é a ditadura proletária, o governo operário-camponês.

É isso companheiros.

Segunda intervenção :

Sou do Partido Operário Revolucionário e nós trazemos aqui a mensagem de que esse dia do Grito dos Excluídos acontece numa profunda crise do capitalismo, tanto internacional como nacionalmente. Internacionalmente, nós temos que falar aqui, está acontecendo uma guerra. Uma guerra bárbara, uma guerra de dominação, uma guerra que tem massacrado o proletariado ucraniano e o proletariado russo, uma guerra que deixa um rastro de sangue, de mortes e de refugiados. Nacionalmente a situação não é melhor. Foi eleito um novo governo, que alimentou ilusões das massas de que resolveria seus problemas, mas o que não estamos vendo é um governo que mantém todas as contrarreformas de Temer e de Bolsonaro. Um governo que mantém um salário mínimo miserável. Um governo que está praticando a mesma política econômica dos governos anteriores, de fazer cortes na saúde e na educação. Por isso nós dizemos que o governo de Lula-Alckmin é um governo burguês, não é um governo dos trabalhadores.

Lembramos aqui, que no ano passado estivemos no Grito dos Excluídos fazendo a defesa da classe operária, que naquele momento passava pela demissão de 3600 operários, Mercedes. Infelizmente, muitos disseram que era preciso ter esperança, que o novo governo, que seria eleito, resolveria os problemas. Agora estamos vendo na prática que os problemas não foram resolvidos. Esperança não enche barriga de ninguém. Nós falamos no ano passado: é preciso confiar nas nossas próprias forças! Por isso nós repetimos hoje: é preciso confiar nas massas próprias forças! Não alimentar ilusões.

Cada um que está aqui deve se perguntar: Qual é a nossa tarefa? Seguir alimentando ilusões nas massas ou organizar a luta contra todos os governos burgueses?

No estado de São Paulo temos um governo burguês, de ultradireita, privatista, que está atacando os direitos e que tem a cara de pau de aparecer na TV para defender uma chacina que deixou 27 mortos no Guarujá. Por isso a nossa luta também é contra o governo do estado de São Paulo. O POR levanta bandeira de “Abaixo o governo Tarcísio e sua política privatista!”

Camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário dizemos que é preciso organizar a resistência. É preciso organizar a luta. E como que fazemos isso? Através de uma oposição revolucionária ao governo Lula-Alckmin. Nós do POR e outras organizações já estão trabalhando para formar essa oposição. É preciso que outras organizações, os partidos e sindicatos que estão aqui devem se somar a essa luta por uma oposição que defenda um programa próprio da classe operária e da maioria oprimida, que defenda o emprego para todos, a moradia pra todos, o salário mínimo vital, a revogação de todas as contrarreformas dos governos anteriores etc.

Não é possível combater esse governo alimentando ilusões nele. Não é possível combater esse governo alimentando a ideia de que existe uma disputa para ser feita, não tem disputa nenhuma! A disputa que fazemos é na rua, na luta de classes, com os métodos da classe operária, que é greve, a ocupação, a mobilização massiva, os piquetes.

Essa é a mensagem do Partido Operário Revolucionário.

Ceará

Predominou o reformismo e governismo no Grito dos Excluídos



Neste 7 de setembro, foi realizado o 29º Gritos dos Excluídos em Fortaleza. Com o tema “Vida em primeiro lugar. Você tem fome de quê?”, o evento contou com aproximadamente mil pessoas e percorreu as ruas da grande Messejana, encerrando na praça da Igreja Matriz.

A manifestação foi convocada pelas pastorais de Juventude do meio popular e de pescadores, CEB’s, CUT, CMP, Federação de Bairros e favelas, entre outras.

Não faltaram os politqueiros reformistas e as correntes que sustentam os governos Lula/Alckmin e Elmano/PT. Como costumeiramente, o ato não contou com a presença da classe operária organizada, mas apenas com setores da pequena burguesia arruinada, funcionalismo e comunidades. Chamou atenção a ausência completa do magistério, que sequer enviou uma representação por parte das burocracias sindicais da APE-OC e Sindiute. Apesar da direção do ato defender em seu discurso a vida (em abstrato) e os direitos das famílias carentes de moradia, comida, terra e renda digna, o ato foi dominado pelo tom reformista de derrotar o fascismo por meio da prisão de Bolsonaro e defender o governo de Lula, tido como popular e progressista.

O POR interveio no ato em unidade com a FOB/RECC e representante do GEAP, conformando um bloco classista e combativo. O partido atuou com seu manifesto nacional, bandeiras, faixas, palavras de ordem, banca de materiais e carro de som próprio. Denunciou em sua fala que Lula foi eleito com mais de 60 milhões de votos e o apoio de milhões de oprimidos que esperaram em vão pela revogação das malditas contrarreformas de Temer/Bolsonaro, que não poderia vir em razão do governo administrar o Estado segundo os interesses dos capitalistas, do agronegócio, dos banqueiros e capital financeiro; defendeu a bandeira da oposição revolucionária ao governo da Frente Ampla e um Dia Nacional de Luta. No ponto internacional, defendeu o fim da guerra na Ucrânia, denunciou as provocações imperialistas na África e no Leste asiático, o avanço das tendências bélicas em todo o globo, assim como a necessidade dos explorados se contraporem à decomposição capitalista com a revolução proletária.

O ato concluiu na praça matriz e as organizações do bloco classista realizaram uma proveitosa plenária de avaliação da atividade. Conclui-se que está na ordem do dia a mobilização das bases contra a política de colaboração de classes e por sua presença nos próximos atos. A intervenção do POR tem permitido a propaganda do programa proletário junto à vanguarda. A defesa do marxismo-leninismo-trotskismo corresponde à tarefa urgente de superar a crise de direção construindo o partido operário revolucionário no Brasil. A intervenção do POR nesta, como nas diversas lutas das massas, persegue precisamente esse objetivo.

Pernambuco

Grito dos Excluídos esvaziado e festivo

A manifestação do grito dos excluídos no Recife contou com baixa presença das bases dos movimentos sindicais, populares e estudantis. Em sua origem, em 1995, os manifestantes entravam no desfile denunciando a exploração e opressão. Mas, depois dos governos do PT, desde 2003, o protesto passou a evitar os conflitos e marchar à margem da concentração popular no desfile. A mesma conduta se manteve com Dilma, Temer e Bolsonaro.

A sua realização deste ano acentuou o caráter festivo. O governo Lula/Alckmin está atacando as massas, e as direções o protegem, em vez de proteger os direitos, empregos e salários. No ato do Recife-PE, estiveram as direções do MST, sindicatos

da educação e correntes como o PT, UP, PCB, UJC etc. As falas apenas atacavam o governo estadual de Raquel Lyra (PSDB), e quando faziam alguma menção crítica às medidas do governo Lula, não apontavam os caminhos da luta.

O POR atuou com a distribuição do manifesto ao Grito dos Excluídos, defendendo um Dia Nacional de Luta por empregos, salários, direitos, terra e contra as privatizações, com os métodos da ação direta coletiva. Para quebrar o governismo das direções e ajudar as massas a perderem as ilusões em Lula, defendemos a construção de uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil

Boletim da Corrente Proletária na Educação expressa a luta pela constituição de uma fração classista no movimento estudantil

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil mostra os ataques do governo Lula/Alckmin à educação em diversos níveis, seja pela negação em revogar a Reforma do Ensino Médio, seja pelos cortes de recursos. Mostra também a política traidora das direções estudantis, que estão trabalhando para blindar o governo das críticas dos estudantes. Nestes nove meses de governo, já fica mais do que evidente a postura das direções do movimento estudantil em levantar bandeiras que eximem de responsabilidade o governo federal sobre os ataques à educação. A direção da UNE, controlada majoritariamente pelo PCdoB e PT, expressam a profunda crise do movimento estudantil, por se incapaz de organizar a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, portanto, contra o avanço da rede privada e do ensino a distância.

Onde se manifestam as tendências de luta, as direções governistas fazem de tudo para desviar o movimento, como se viu nos atos esvaziados do Dia do Estudante. O ponto alto da política de conciliação se viu no ato na UFC, em que o POR e a RECC protestaram contra os cortes na educação e o NEM perante o ministro da Educação. As correntes governistas chegaram a vaia o protesto.

Tribunais populares e o combate às perseguições políticas

O Boletim faz a denúncia dos casos de violência reacionária das polícias e dos bandos armados a serviço da burguesia, como no caso das recentes chacinas na Bahia e SP, e o brutal assassinato de Bernadete Pacífico, uma líder quilombola no interior da Bahia. Ergue-se a defesa dos tribunais populares e se combate a ilusão na democratização e humanização das polícias.

Rio Grande do Sul

Conselho das entidades de base não foi capaz de responder às perseguições políticas contra estudantes

No dia 22 de agosto, se realizou o Conselho das Entidades de Base (CEB) para discutir as eleições do DCE e as perseguições políticas contra militantes do movimento estudantil, que ocuparam a reitoria no último ano em defesa da Casa de Estudante Indígena, assim como contra professores e servidores que declararam apoio ao movimento. Não houve polêmicas em torno ao processo eleitoral, com exceção de uma proposta absurda de que o DCE deveria suspender suas funções políticas durante todo processo eleitoral e manter apenas funções administrativas (confeção de cartões de ônibus e afins), para evitar que a atual gestão (UJC/PCB) utilizasse o aparato em sua



BOLETIM
CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL
Ano XII • n. 6 setembro • de 2023

Adquira o Boletim e outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

- ☎ (11) 9 5446-2020
- 📧 massas.por
- 🌐 massas.org
- 📍 anchor.fm/por-massas
- ✉ por@por-massas.org
- 📺 t.me/massas_por

Na sequência, o Boletim traz a denúncia das perseguições políticas dentro e fora das universidades. Apresenta dois casos: a campanha pela readmissão dos operários da Volks e a perseguição a estudantes e servidores da UFRGS em retaliação a uma ocupação ocorrida no ano passado. Denuncia-se a política das correntes de minimizar a gravidade dos processos e de direcionar para a campanha eleitoral para reitor.

Por fim, o Boletim mostra a experiência exitosa da luta dos trabalhadores terceirizados na UFRN. O essencial esteve na experiência de luta desses trabalhadores, com a criação de um comitê de apoio, impulsionado pela Corrente Proletária/POR e outros agrupamentos, que além de defender as reivindicações de pagamento imediato dos salários atrasados, levantou as bandeiras de fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados.

campanha. Como todas as correntes de esquerda se utilizam dos aparatos para sua autoconstrução e projeção eleitoral, não conseguiram conceber o uso do DCE para outra coisa que não seja palanque para a atual gestão. Nos opusemos a esta proposta, argumentando que o DCE serve para organizar e mobilizar os estudantes e responder às necessidades políticas do movimento estudantil, não tendo isso a ver com a campanha eleitoral da corrente por trás da gestão. O CEB então deliberou que a comissão eleitoral seria também a responsável pelas funções políticas do DCE durante os próximos dois meses.

CONTINUA →

Quanto aos processos disciplinares aberto contra estudantes, professores e servidores e que configuram perseguição política, um dos estudantes processados, militante do Juntos (MES/PSOL) explicou o processo e logo tratou de tranquilizar a todos de que não era tão grave e que “provavelmente não daria em nada”, mas que deveríamos nos atentar porque tal situação cria “precedentes” para perseguições futuras. A postura de diminuir a relevância da situação combina com a linha política do Juntos que busca a todo custo desmobilizar, fragmentar e colocar travas no movimento estudantil, principalmente diante de um governo que pretendem proteger, uma vez que seu partido ocupa um ministério e realiza alianças com o PT para as eleições que se aproximam.

As intervenções no geral foram pronunciamentos de solidariedade aos estudantes processados e lamúrias sobre as multas impostas pela reitoria ao DCE. Também foi informado sobre as articulações da ASSUFRGS e do ANDES em torno à destituição do reitor interventor (que é, na verdade, preparação para as eleições da reitoria no próximo ano), o que seria a solução para pôr fim às perseguições. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) colocou que solidariedade e lamúria não resolveriam o problema, que era causado acima de tudo pelo imobilismo da direção do DCE e também de todas as correntes, pois estavam todos subordinados ao governo Lula e Alckmin e, por essa razão, abandonaram os cotistas, ignoraram os cortes orçamentários, o arcabouço fiscal, as privatizações, a evasão dos cursos, consequência da reforma do ensino médio que nada indica que será revogada, assim como a reforma trabalhista e da previdên-

cia. Que é preciso romper com esse governismo e colocar em movimento os estudantes, convocar as assembleias para organizar a luta, subordinado assim as eleições da reitoria, porque os métodos que resultam em vitória dos estudantes são as greves, as ocupações, os bloqueios das avenidas, as manifestações de rua, e que a atual postura das direções e da esquerda em geral nos coloca no caminho da derrota. Além disso, lembrou que as deliberações do último CEB não foram levadas adiante, que a Assembleia Geral deliberada não foi convocada, que a luta fica sempre para um futuro distante, pois sempre há uma desculpa, como o ConUNE, para não realizar assembleias, como a crise do PCB para justificar a passividade do DCE, como agora as eleições do DCE, para se isentar das funções políticas e não responder aos ataques do governo. Que sem realizar as assembleias, sem unificar o movimento e sem desviar os estudantes para as eleições da reitoria, não teria como combater nem as perseguições políticas contra os estudantes, nem todos os outros ataques.

Após a fala da CPE, o CEB caminhou para o encerramento sem que ninguém mais se inscrevesse, e estava prestes a aprovar, quanto à pauta das perseguições, a realização de “rodas de conversa”, quando propusemos que fosse alterado esse encaminhamento para “assembleias deliberativas” nos campi, proposta que foi aprovada. Agora, nos resta pressionar e trabalhar para que estas assembleias se realizem de fato e sirvam para organizar a luta dos estudantes e reerguer o movimento estudantil na UFRGS, que passa por um período de preocupante desarticulação.

Pernambuco

Protesto contra intoxicação alimentar coletiva no RU

No dia 4 de setembro, os estudantes da UFPE realizaram um ato no Restaurante Universitário (RU), após mais de mil estudantes passarem mal, com vômito, náusea, diarreia e até desmaios, após se alimentarem na sexta-feira no RU. Já havia reclamações da baixa qualidade das refeições fornecidas pela empresa terceirizada General Goods, que tinha em seu currículo outros casos de intoxicação alimentar em escolas. O protesto foi convocado pela casa do estudante. O DCE encontra-se sem gestão, em processo eleitoral. A UJS, que estava na direção da entidade e é conhecida por seu peleguismo e subordinação à Reitoria foi amplamente vaiada no ato. Estiveram presentes: Corrente Proletária/POR, Correnteza/UP, MUP/UJC/PCB, JR/PT, Mangue Vermelho/Nova Democracia e Faisca/MRT.

A Corrente Proletária na Educação fez uma fala apoiando a reivindicação de “Fora General Goods” e mostrando que o problema se liga à necessidade de garantia do acesso e permanência estudantil, com RU gratuito e universal, moradia etc. Tratou do problema da terceirização, pois não adianta tirar uma empresa e trazer outra quando o mecanismo da licitação, de contratar quem cobra menos, leva à baixa qualidade e maior exploração dos trabalhadores terceirizados, temos de defender que o RU seja 100% estatal, que os trabalhadores sejam efetivados com todos os direitos e que haja o controle coletivo da comunidade universitária. Isso se liga ao problema do poder na universidade, a situação do RU é um efeito colateral do poder concentrado em uma casta docente. É preciso um governo tripartite, com voto universal e soberania da assembleia geral universitária. O fechamento do RU durante 3 anos, a falta de RU no campus de Vitória de Santo Antão e o caríssimo RU do campus de Caruaru são expressões dos cortes de recursos e da

terceirização. O orçamento de 2022, por exemplo, correspondeu a metade do orçamento de 2015. Todas essas questões mostram a necessidade da luta unificada com os métodos de ação direta, com total independência perante a reitoria e o governo.

O ato encerrou na reitoria, onde haveria uma reunião, porém a UJS se reuniu antes em separado com o reitor, substituindo o movimento. Na dispersão, o pró-reitor de Assistência Estudantil, ex-diretor da Adufepe, apareceu no RU para gravar entrevista com a imprensa, os estudantes o cercaram, vaiaram e fizeram suas exigências. Uma estudante da UJS ameaçou os estudantes, dizendo que depois não contassem com eles se precisassem de advogado, com uma postura de criminalização do protesto estudantil. A dispersão organizativa segue como um obstáculo para as lutas que se despontam. É urgente a construção de uma fração revolucionária no movimento estudantil, assentada nas reivindicações vitais e na defesa do governo tripartite, que tem como base a assembleia geral universitária como decisão coletiva.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

São Paulo

UFABC: Jornada de Luta dos Servidores Federais

Como parte da Campanha Salarial dos Servidores Federais, o FONASEFE convocou uma Jornada de Mobilização entre os dias 28 e 31 de agosto, período no qual ocorreram assembleias que deliberaram indicativo de greve, atos, paralisações, caravana à Brasília e a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo, na qual informaram sobre o montante reservado para o reajuste do funcionalismo equivalente a menos de 1%. Como parte da jornada, o SinTUFABC promoveu um ato na universidade e uma aula pública no campus Santo André.

O ato-relâmpago ocorreu no Piso Vermelho do Bloco A, durante pouco mais de meia hora e reuniu cerca de quinze funcionários. Houve apenas três intervenções, sendo uma delas a da Corrente Proletária. Em nossa intervenção esclarecemos sobre a Campanha Salarial de 2024 e as dificuldades da categoria que, dentre outros problemas, sofre com arrocho salarial, falta de servidores e limitações decorrentes do PGD/Teletreabalho, ressaltando que o governo não cumpre a data-base, de forma que, anualmente, o reajuste do funcionalismo depende da luta, e que se os trabalhadores não se levantarem, continuarão arcando com os ataques e contrarreformas do governo.

Já a aula pública intitulada “Trabalhadores, Sindicalismo e Feminismo: aprendizados para o século XXI” com a Prof.^a Deise Recoaro, dirigente sindical da Contraf/CUT e ativista feminista da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), ocorreu de forma presencial com transmissão nas redes sociais do sindicato. O debate girou em torno de questões relativas a institucionalização dos sindicatos e ao identitarismo.

Em sua exposição, a convidada falou sobre a sua pesquisa realizada com participantes do XIII Congresso da CUT, na qual constatou que a maioria considera que a CUT mantém características “movimentísticas” (que significaria o vínculo com os chamados movimentos populares). Outros pontos abordados foram a institucionalização e domesticação dos sindicatos, o afastamento da luta direta e o desgaste dos sindicatos nesse contexto de ataques e discursos contra a ação coletiva.

Sobre o feminismo, apontou-se que muitas vezes as mulheres

atuam nos sindicatos, mas não são reconhecidas pelo que fazem. Ao comentar a afirmação do dirigente sindical do PSOL de que o SinTUFABC é o único sindicato no ABC com uma Coordenação Geral composta por um homem gay e duas mulheres, sendo uma delas nordestina, a convidada elogiou essa estrutura em tempos de personalismo e ações burocráticas de limitação dos espaços para evitar confronto de ideias visando manter determinada hegemonia. Mal sabia que estava retratando a conduta da direção majoritária do SinTUFABC, que tem se utilizado de métodos burocráticos, como o boicote ao Congresso da Conlutas, a não defesa dos lutadores (vale lembrar que à exceção de um membro, a direção majoritária votou contra assinar a moção contra a perseguição de dois operários da Volks) e a ausência de reuniões semanais da direção do sindicato (que vem sendo cobrado pelo POR desde o início da gestão), para citar apenas alguns exemplos. O que mais uma vez mostra os problemas do feminismo pequeno-burguês.

Ao perguntarmos sobre a distinção entre o feminismo e o movimento de mulheres trabalhadoras, a convidada explicou que inicialmente o feminismo era liberal, porém as lutas por afirmação e reconhecimento, por exemplo do feminismo negro, mudaram os movimentos sociais e hoje a particularidade do feminismo está em sua perenidade, ao contrário do movimento de mulheres, que existe vinculado a reivindicações concretas por creche, escola etc. Trata-se de uma análise equivocada da realidade.

É preciso compreender a raiz dos problemas. Os sindicatos, instrumentos criados pelas massas para lutar contra a exploração do trabalho, foram descaracterizados, tornaram-se agentes da exploração, devido a traição das direções pró-capitalistas que abandonaram o programa próprio da classe operária. Apesar da maioria das direções políticas de esquerda terem assimilado o feminismo, reivindicando um suposto “feminismo classista/marxista”, a raiz da política feminista está no liberalismo, e inevitavelmente se confronta com a política proletária para as mulheres, que se baseia na unidade de todos os explorados para acabar com a propriedade privada dos meios de produção e conquistar as condições objetivas à superação da violência contra a mulher e de todas as formas de opressão, as quais têm origem na exploração do trabalho.

Rondônia

Burocracia sindical, mais uma vez, quebra a disposição de luta dos trabalhadores em educação

No dia 30 de agosto, por pressão da base, a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintero) realizou uma assembleia. Os professores, após o recebimento dos salários, ficaram enfurecidos, porque o prefeito Hildon Chaves não havia cumprido a promessa de atualizar o piso a partir de primeiro de agosto. Promessa que previa também a efetuação do retroativo até o mês de janeiro.

Nessa assembleia, estiveram presentes aproximadamente 500 trabalhadores em educação, que decidiram entrar em greve até o prefeito cumprir a promessa. Os burocratas para se oporem justificaram que a Secretária da Educação, ao saber da convocação de assembleia, havia marcado uma reunião para o dia 31 de agosto. Portanto, uma manobra para desmobilizar e arrefecer a disposição de greve.

Como era esperado, a reunião com a Secretária da Educação não trouxe nada de novo. Foi mais uma teatralização, em que alegou que a “situação financeira do município não é favorável” à atualização do piso. Os burocratas do sindicato desrespeitaram mais uma vez a deliberação votada em uma assembleia e vergonhosamente determinam dois dias de paralisação, em 5 e 6 de setembro. Tentaram consolar os trabalhadores, acrescentando que se nada avançasse deflagraria a greve no dia 12, obedecendo as 72h conforme a lei de greve.

Assim, no dia 5 aconteceu uma das paralisações e a burocracia conduziu os trabalhadores em educação como sempre para a Câmara Municipal, no sentido de pedir apoio aos vereadores no atendimento das reivindicações dos professores e R\$300,00 aos técnicos. No dia 6, a manifestação está prevista para acontecer em frente à Secretaria de Educação do município.

Essa situação vem se repetindo desde o início do ano. Os trabalhadores da educação do município de Porto Velho vêm demonstrando disposição de greve, mas têm um grande obstáculo, que são as direções sindicais. Vale lembrar que os três sindicatos – Sintero, Sinprof-RO e Sindeprof - agem da mesma forma. Só convocam as assembleias por pressão da base.

A Corrente Proletária vem defendendo a unidade dos trabalhadores da educação (municipal e estadual), a greve como resposta ao prefeito que não cumpre a Lei do Piso e criticado a política de conciliação de classes das direções sindicais. Ao mesmo tempo, tem insistido na constituição de uma oposição classista e de luta para combater a burocratização dos sindicatos. Sem uma oposição forte não será possível enfrentar as manobras dos burocratas dos sindicatos. Daí a importância de participar ativamente no fortalecimento da Corrente Proletária na Educação.

Rio Grande do Norte

Governo Fátima (PT/MDB) aciona a justiça burguesa contra as greves

Pelo direito irrestrito de greve!

Abaixo a intervenção do governo na luta dos trabalhadores!

O governo Fátima (PT/MDB) acionou a Justiça para decretar a ilegalidade a greve dos trabalhadores do Detran e da Saúde do Rio Grande do Norte. As principais reivindicações dos trabalhadores são a reposição das perdas salariais, bem como a garantia das condições de trabalho. Houve várias audiências com o governo, sem que fosse apresentado nenhum indicativo da resolução das reivindicações legítimas dos servidores, apenas a típica enrolação do governo, não restando outra saída aos trabalhadores senão a greve.

Não é a primeira vez que o governo Fátima (PT/MDB) intervém no movimento dos trabalhadores, por meio da Justiça (TJ-RN) para decretar a luta grevista “ilegal”. Só este ano já houve judicialização da greve da enfermagem, além das lutas dos trabalhadores da saúde e Detran, no semestre passado. O fato desses mesmos trabalhadores voltarem a lutar no segundo semestre comprova que a resolução de seus problemas segue ignorada pelo governo.

Os trabalhadores da saúde suspenderam a greve de quase 20 dias em assembleia no dia 07 de agosto, depois da intervenção do TJ-RN, que usou o famoso argumento da “garantia dos serviços essenciais”, típica justificativa hipócrita para impedir o direito de greve. Porém, essa mesma justiça fecha os olhos para a situação da saúde no estado, como a superlotação de pacientes nos corredores do maior hospital do RN, o Walfredo Gurgel. Por isso, são legítimas as reivindicações dos servidores de reajuste salarial e melhoria nas condições de trabalho.

No caso do Detran, a greve também durou cerca de 20 dias, com encerramento na assembleia do dia 25 de julho. A direção do SINAI informa que o governo não garante a data-base da categoria (1º de março), além de tentar jogar o cumprimento de eventuais acordos das negociações para 2024, sem nenhuma garantia do retroativo referente a março. Porém, a experiência da luta de classes mostra que, como a categoria não está em greve, a tendência é que não haja negociação favorável aos trabalhadores. A intervenção autoritária do governo/justiça serve a esse propósito de tolher qualquer resistência dos servidores, para garantir a administração do estado, gerido pelo PT e sua aliança oligárquica.

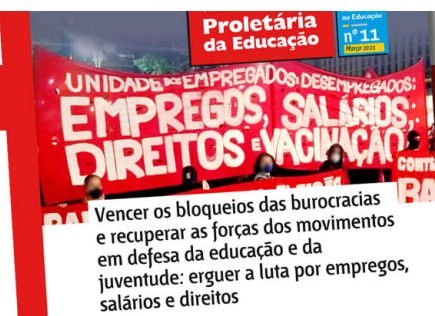
O fato de ser um governo do PT chama a atenção pela comprovação de seu caráter burguês e autoritário e pela convicção em disciplinar os sindicatos de acordo com os limites e interesses do Estado burguês, numa situação de crise econômica e permanência das políticas de austeridade. O isolamento da greve por parte das direções sindicais e movimentos serve de blindagem ao governo petista. É preciso extrair as lições dessas derrotas dos trabalhadores para quebrar as ilusões reformistas, cultivadas pelas direções governistas e traidoras, e erguer uma luta unitária e independente. Essa experiência tem de começar com a bandeira do “direito irrestrito de greve” e pela organização de uma Oposição Revolucionária ao governo Fátima e ao governo de frente ampla burguesa de Lula.

São Paulo

Abaixo-assinado do Boletim Nossa Classe contra a demissão por justa causa dos operários José Parane e Eduardo Marques

No Jornal Massas anterior publicamos a nota pela readmissão dos companheiros e as assinaturas já coletadas. Damos sequência à campanha. A moção foi aprovada pelos delegados no Congresso de Professores (Apeoesp) e pelos

delegados do Congresso Estadual da CUT/SP (CECUT) e recebeu o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Rondônia (Sintero) e do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Balanço do Congresso da APEOESP

Responder ao avanço dos retrocessos políticos e organizativos com os métodos próprios dos trabalhadores

No início de setembro (dias 1, 2 e 3), foi realizado o XX-VII Congresso da Apeoesp. Esse foi o primeiro Congresso depois da pandemia, após a eleição de Lula e de preparação para as eleições municipais do próximo ano. Depois de uma acirrada disputa para a eleição de pré-delegados nas escolas e do filtro dos Encontros Regionais, o Congresso contou com 1.606 delegados, na cidade de Piracicaba. Como expusemos no Jornal Massas anterior, os critérios para a eleição de delegados são extremamente burocráticos, tendo atas numeradas por região, controle de assinaturas dos filiados e cotas reduzidas por subseção. Tudo para impedir que o número de delegados não ultrapasse dois mil professores, quando os filiados são cerca de 200 mil. Para fazer parte dessa maratona, as correntes são submetidas, ainda, aos rígidos critérios para que suas contribuições políticas sejam publicadas no caderno de Teses, condição para serem defendidas no Congresso. Essa descrição serve unicamente para mostrar o quanto o sindicato se tornou um instrumento de uma camarilha do PT, que controla com mãos de ferro o sindicato. Desde a campanha do Fora Bolsonaro, essa cúpula dirigente se fortaleceu com o deslocamento de grande parte das correntes do PSOL, que faziam parte da Oposição Unificada, para o aparato do petismo. Se em Congressos passados, a Oposição chegou a possuir 40% dos delegados, agora se limitou a pouco mais de 10%.

Foram inscritas 19 teses. No momento da apresentação, algumas Teses foram agrupadas e outras não puderam ser expostas, porque os proponentes não possuíam delegados. Juntaram à Tese 1 da burocracia, as Teses da corrente O Trabalho e

CSD (Democracia Socialista). E parte da Oposição, PSTU, MRT, CST e Esquerda Marxista retiraram suas Teses e fizeram a defesa da Tese 8, da “Oposição Combativa”. Essas movimentações revelaram posições oportunistas, visando a comparecer com um número maior de votos na disputa pela Tese-Guia. Dessa forma, a Tese 1 e agregados contou com 60% do Congresso; a Tese 19, reunia a maioria das correntes do PSOL e PCB, 25%; a Tese 8, 10%; as demais, que inclui o POR, 5%. Esse mecanismo de votar a Tese-guia, criado pelas burocracias sindicais cutistas, impede que outras posições possam convencer os delegados da justeza de suas ideias, tanto nos grupos quanto nas plenárias. Nas plenárias, caso alguma ideia seja agregada à Tese-guia, isso se dá por aceitação da burocracia e não por decisão do plenário. Está aí por que nenhuma proposta do POR é incorporada à Tese-guia. Foi importante a Corrente Proletária/POR, Tese 5, não retirar sua Tese e se juntar ao bloco da Oposição Combativa, em nome da Tese 8. Isso permitiu expor suas posições, caracterizações da situação política, explicar o conteúdo de classe do governo Lula e a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês, combater a política de conciliação de classes das direções sindicais, explicar a reivindicação de sistema único de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social, ressaltar a importância da independência dos sindicatos e da democracia proletária e defender o programa de reivindicações dos trabalhadores e o método da ação direta. Abrir mão dessas posições em nome de comparecer com mais força numérica no Congresso é um erro político, que é próprio de correntes centristas.

Objetivos do Congresso para a burocracia da APEOESP e a luta em defesa da independência política e da democracia sindical

Para a direção do sindicato, o Congresso deveria cumprir quatro objetivos: 1) modificar os estatutos; 2) ampliar a chamada correlação de forças eleitorais do PT para as eleições municipais; 3) fazer uma campanha centralizada de desgaste do governo bolsonarista do Tarcísio de Freitas; 4) reforçar a ilusão de que o governo Lula para governar depende das alianças no Congresso Nacional. Para isso, armou as mesas de debates com seus aliados políticos, fez valer o regimento para impedir que posições minoritárias presentes nos grupos (corte de 20%) comparecessem nas plenárias, determinou prazos curtos para cada plenária e fez valer a armadilha de que, vencido o tempo, as propostas dos grupos ficariam prejudicadas, ficando automaticamente aprovado o que constava na Tese-guia. Somam-se a esses obstáculos, as condições precárias de funcionamento dos grupos, que se inviabilizaram pelo local e barulho estridente. A solução dos burocratas foi de que todas as emendas fossem encaminhadas sem discussão nos grupos. Isso porque sabia que a comissão organizadora faria o filtro de quais emendas seriam apresentadas nas plenárias. E as longas distâncias de parte da delegação, que implicava deslocamento para outro município.

A plenária de alteração dos estatutos teve duração de 30 minutos. A Tese 1, depois Tese-guia, apresentou 42 mudanças.

Todas tinham a mesma finalidade: ampliar o controle do sindicato por parte da direção, mutilar as instâncias coletivas de decisão, legalizar os instrumentos remotos (virtuais) de funcionamento das instâncias (assembleias, congressos, conselhos etc.), criar critérios mais rígidos para dificultar que setores de oposição constituam chapas para as eleições, aumentar o número de membros na executiva do sindicato e instituir o denominado 1º presidente e 2º presidente - uma fórmula para que a deputada estadual Maria Izabel continuasse dirigindo a Apeoesp, sem se submeter ao critério da proporcionalidade.

Nesse ponto, foram discutidas quatro emendas. A emenda 1 era da Corrente Proletária (Tese 5) que defendeu a supressão da proposta da Tese da burocracia, que dizia: “a possibilidade de reuniões, encontros, conferências, congressos e assembleias de todas as instâncias do sindicato serem realizadas de modo remoto...”. Por meio dessa defesa, foi possível mostrar o quanto o sindicato vem se afastando dos métodos da democracia operária e assumindo os métodos da democracia capitalista, que reforçam a individualização do trabalhador, quando a luta contra a exploração e defesa das reivindicações implicam ações coletivas e massivas. E o quanto a burocracia tomou para si os meios virtuais em contraposição aos presenciais, portanto, em

choque com os princípios elementares de um sindicato classista, regido pela mais ampla democracia operária. Militantes da Oposição Combativa também fizeram uso da palavra em favor da emenda, que foi rejeitada pelos defensores da Tese-guia.

O proponente da Tese do PCO (Tese 13), objetivando amenizar as drásticas consequências das decisões virtuais, propôs que a burocracia aceitasse incluir à modalidade remota também a “híbrida”. O que foi prontamente acatado.

Em relação à emenda 2, sobre a criação de um Conselho Político como instância consultiva, houve a defesa contrária pelo MRT e favorável por um ex-militante do PSTU (atualmente no MEOPB), e hoje fiel escudeiro da burocracia petista.

As emendas 3 e 4, referiam-se à convocação de assembleia após as eleições e criação de Plenária Intercongressual, respectivamente. Ambas sem consequências negativas para o professorado, por isso, aprovadas.

Como o prazo da plenária era de 30 minutos, as 40 outras mudanças estatutárias restantes foram automaticamente aprovadas. Antes, algumas propostas foram retiradas pela Tese 1.

Em relação ao Plano de Lutas, no momento da plenária foi divulgada uma “Plataforma da Educação no estado de São Paulo, para enfrentar o governo Tarcísio de Freitas/Renato Feder”, assinada pelas Teses 1, 6, 13, 15, 16 e 19, ou seja: PT, O Trabalho, Democracia Socialista, PSOL, PCO e PCB. Na realidade, uma manobra para que o Plano de Luta estivesse voltado somente contra o governador Tarcísio. Não à toa, a Plataforma inicia exaltando a vitória de Lula e lamentando que a extrema direita continuava de pé com a vitória de Tarcísio de Freitas, Cláudio Castro, Romeu Zema e outros. Diz que enquanto o governo Lula visa a “reconstrução do Brasil”, garantir direitos trabalhista, empregos, educação inclusiva etc., esses governadores agem em sentido oposto, um “projeto de destruição da educação”, retirada de direitos, privatizações etc. A partir daí, traz uma lista de projetos, iniciativas e ações contra a vida do professorado e dos trabalhadores, que comparece na síntese: “a política do atual governador bolsonarista... visa a implementação de uma política de Estado Mínimo”. Em seguida, relata os supostos êxitos alcançados pela Apeoesp. Conclui com uma promessa de “realizar ampla campanha...de forma articulada com entidades e movimentos... para defender a escola pública, os direitos dos estudantes, professores e demais profissionais da educação”. Entre as promessas estão a convocação de uma assembleia estadual para deliberar sobre o que foi aprovado no Congresso, a realização de um dia estadual de greve do funcionalismo e participação no plebiscito contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM.

Essa conduta dos burocratas foi denunciada pela Corrente Proletária/POR, como uma manobra para voltar a Apeoesp apenas contra as medidas do bolsonarista Tarcísio e colocar o sindicato na defesa da governabilidade de Lula. Reivindicações como: revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, Novo Ensino Médio e o vergonhoso valor do Piso Nacional por 40 horas semanais ficaram unicamente para os discursos inflamados, visando a manter seus delegados arrematados. No entanto, a mesa seguiu o curso, chamando uma defesa contra e outra favorável, para cumprir o ritual da aprovação.

Das 108 emendas do Plano de Lutas, que vieram dos grupos, foram expostas 14. As que não causavam nenhum prejuízo para a Tese-guia foram incorporadas, a exemplo das campanhas com cartazes, na TV, vídeos e adesivos pelo Fora Feder.

As emendas 1 e 2, da Tese 5, faziam parte de um todo, que tinha o objetivo de rejeitar de conjunto o Plano de Luta da burocracia e aliados, e aprovar que “as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos nas ruas, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e terceirização; e combate as reformas antioperárias e antipopular do governo Lula – Arcabouço, Fiscal, Marco Temporal, Reforma Tributária; e em defesa do MST – contra a CPI do MST”. Em seguida, a defesa das reivindicações vitais do professorado. A emenda concluía com a luta por um único sistema de ensino, público, laico, voltado à produção social. Em função do erro da comissão organizadora das emendas, essa emenda foi considerada prejudicada, cabendo unicamente uma explicação por parte dos proponentes da Tese do POR dessa vergonhosa manobra.

Para a plenária de Política Educacional, havia 22 emendas, mas 16 foram apresentadas. A primeira emenda era da Corrente Proletária, que tinha como conteúdo a defesa do sistema único, público, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha. Coube ao PCdoB encaminhar contra a estatização, sem indenização, de toda rede de ensino. A intervenção pela rejeição da emenda do POR se apoiava na defesa da LDB e no direito de escolha pela família. A única coisa que propunha é que houvesse uma regulamentação da educação privada. A emenda foi rejeitada, porque os delegados arrematados pela burocracia não modificam de posição, mesmo sabendo que se trata de um ataque a eles próprios.

Coube ao PSTU, Tese 12, a defesa da supressão de formulações da Tese-guia como “iniciativa do mandato da deputada professora Bebel...”. A emenda foi duramente combatida pela própria deputada. Outras emendas defendidas por militantes da Oposição Combativa, a exemplo do fim das PEIs foram rejeitadas em nome de um ensino integral “de qualidade”. E quanto às referentes ao Novo Ensino Médio, os burocratas tentaram de todas as maneiras amenizar o conteúdo de rejeição integral.

A plenária sobre Políticas Permanentes contou com 9 emendas. Duas foram rejeitadas: a do PCO que propunha a “dissolução da polícia” - nesse caso, o PCO não pôde contar com seus aliados petistas, que se colocaram contra, sob a justificativa de que a “sociedade” clama por segurança; e a da Corrente Proletária, que demonstrava a raiz de classe de todas as opressões e defendia a unificação dos movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social. Os argumentos contrários à emenda se apoiavam no velho argumento de que a emenda se refere ao futuro e que não há nada a fazer enquanto existir o capitalismo. Como não há direito de resposta, os votos na emenda foram somente das correntes que se agrupam na Oposição Combativa.

As plenárias “Sindical” e “Balanço” foram suprimidas, com o argumento de que o horário não mais permitia apreciar emendas. A proposta encaminhada pelos burocratas foi de que houvesse duas intervenções de cada um desses temas. A mesa encaminhou essa proposta, e foi aprovada.

O conteúdo das intervenções de defesa do balanço da Tese-guia, agora agregada com a maioria das correntes do PSOL, PCdoB e PCO, foi o “acerto” da Apeoesp em se engajar na campanha pela vitória de Lula, na importância de sustentar a sua governabilidade, no mantra de que o bolsonarismo foi derrotado nas urnas mas continua vivo, na tarefa de aumentar a corre-

lação de forças dos setores progressistas dentro do Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa e, no momento, colocar o sindicato em favor das candidaturas “progressistas” diante das eleições do próximo ano. As teses oposicionistas se alteraram no combate a essas posições. Apesar das diferenças de caracterização do governo Lula e das tarefas da Apeoesp, o que unia esse conjunto de Teses era a defesa da independência de classe e da democracia sindical. A Corrente Proletária pôde se

expressar e defender o programa próprio de reivindicações, e a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula.

No encerramento, a mesa fez a leitura dos enunciados das moções e propôs que fossem aprovadas em bloco. A Corrente Proletária apresentou uma moção pela readmissão dos operários da Volks José Parane e Eduardo Marques, demitidos por justa-causa.

Intervenção da Corrente Proletária/POR

A Corrente Proletária fez um esforço gigantesco para a eleição de pré-delegados, apesar dos enormes obstáculos criados pela direção da Apeoesp e pelo PSOL, que dirige a subsede de Itaquera, que realizou o Encontro Regional virtual, onde parte dos pré-delegados não conseguiu ter acesso à plataforma. Mesmo assim, contou com delegados de Itaquera, Itapecerica da Serra, Lapa e Salto, pouco mais de uma dezena. Mesmo com um número pequeno de delegados, o POR defendeu a Tese 5, que foi votada pelo plenário. Para os leitores do Jornal Massas, a defesa da Tese e algumas intervenções se encontram nas redes sociais do partido.

Além da Tese, a Corrente Proletária distribuiu uma Carta aos delegados, com os seguintes chamados: “O XXVII Congresso está diante de graves problemas, que terá de responder: 1) direção da Apeoesp pretende usar o Congresso para ampliar a burocratização; 2) independência da Apeoesp diante do governo de frente ampla de Lula e do Parlamento; 3) a crise mundial do capitalismo, que atinge o Brasil, com os métodos da luta de classes; 4) por um programa próprio dos trabalhadores, que una o professorado com a maioria oprimida, em defesa dos empregos, salários, saúde e educação, fim das contrarreformas e das privatizações” (reproduzimos a Carta no final desse balanço).

Os delegados poristas expuseram as publicações do partido, livros, folhetos e revistas. E atuaram na vendagem do Jornal Massas, que era oferecido aos delegados e explicado seu conteúdo.

A avaliação é que a intervenção serviu de propaganda das posições proletárias em um Congresso da pequena burguesia, inteiramente sob o domínio da burocracia da Apeoesp. A Corrente Proletária faz um balanço, depois de quatro anos sem Congresso, do quanto o sindicato está estatizado, burocratizado e dependente da política da conciliação de classes de sua direção. Mostra o quanto se escancarou o crescimento da rejeição aos métodos próprios dos trabalhadores e, ao contrário, pôs à luz do dia a aceitação dos métodos da democracia burguesa, onde os pleitos eleitorais passam a ser mola propulsora das ações da burocracia. Revela o oportunismo de correntes que

estiveram no campo da oposição e que agora se tornaram um dos braços da burocracia petista para combater os agrupamentos que constituem a Oposição Combativa.

Esse breve balanço é a demonstração do profundo retrocesso político e organizativo dos sindicatos em geral e, em particular, da Apeoesp. A necessidade de impor mudanças estatutárias antidemocráticas é a demonstração de a burocracia, que controla o sindicato, não poderá permitir que o descontentamento do professorado possa se expressar por meio das correntes oposicionistas. O que fez a direção da Apeoesp é o mesmo que fizeram os burocratas do Sindicato Metalúrgico do ABC há alguns anos. Ou seja, combater os princípios elementares de funcionamento de um sindicato classista, de luta, independente da política burguesa e inteiramente voltado à defesa das reivindicações dos trabalhadores, e seus métodos próprios de combate.

A Corrente Proletária compõe a Oposição Combativa, participou da Chapa 2 nas eleições, mas manteve sua independência política, não retirando sua Tese no Congresso, votando em posições que tinha acordo e dividindo as intervenções nas plenárias com as correntes desse agrupamento sindical. Ficou evidente que as diferenças políticas são grandes no interior da Oposição Combativa, mas há dois princípios que unem essa vanguarda, que é a independência diante dos governos e a democracia operária. O fortalecimento desse polo classista dependerá do trabalho junto ao professorado, particularmente com a juventude que se encontra na condição mais precarizada no interior das escolas. Um passo importante a ser dado agora é a convocação de uma plenária de balanço do Congresso e aprovação das tarefas para o próximo período.

O trabalho junto à Oposição Combativa não significa dissolver a Corrente Proletária, porque as diferenças são grandes. Ao contrário, implica consolidar as posições da Corrente Proletária, pois se trata da fração revolucionária no interior das escolas e do sindicato. A defesa do programa da classe operária entre essa camada empobrecida do professorado é fundamental para combater o capitalismo e defender uma sociedade sem exploradores e explorados, a sociedade socialista.

CONTINUA →

LANÇAMENTO!

Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas **R\$ 5,00**

Teses da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE e outros textos



POR MASSAS

LANÇAMENTO!

Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas **R\$ 5,00**

Balança das eleições na APEOESP (2023)

—
A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!
—

POR MASSAS

Carta da Corrente Proletária na Educação/POR (Tese 5) aos delegados

O XXVII Congresso está diante de graves problemas, que terá de responder:

1) Direção da Apeoesp pretende usar o Congresso para ampliar a burocratização. Rejeitar suas mudanças antidemocráticas nos estatutos!

As mudanças estatutárias que estão sendo propostas pela Tese 1, da maioria que compõe a direção da Apeoesp, têm de ser rechaçadas. Há algum tempo, vêm sendo introduzidas medidas extremamente burocráticas na condução do sindicato, a exemplo das cotas por corrente para ter o direito à intervenção no Conselho Estadual e nas assembleias. Ou seja, o Conselheiro eleito nas regiões está submetido a um critério antidemocrático: recolhem-se os crachás e há uma seleção dos que poderão utilizar a palavra na reunião e nas assembleias. O professor de base dificilmente consegue subir ao carro de som para apresentar ou se opor às propostas aprovadas no Conselho Estadual. O que tem causado muitos protestos do professorado. Se no passado recente o caminho de som era cercado por seguranças (bate-paus), que impediam os oponentes de conseguir a palavra, agora, a triagem é feita na reunião do Conselho.

Neste Congresso, a burocratização vai muito além. A Tese 1 propõe modificar os estatutos para instituir os congressos, conferências, reuniões, eleições e assembleias virtuais (de modo remoto). Pretende também criar mais um obstáculo para dificultar ao máximo que setores de oposição consigam se eleger para o Conselho Estadual de Representantes, introduzindo a obrigatoriedade de a chapa ter “no mínimo 50% das escolas na área de abrangência das subseções”. E ainda limitar o direito de proporcionalidade, ou seja, “os cargos de 1º presidente e 2º presidente não serão submetidos à escolha e não serão computados para fins de aplicação da razão de proporcionalidade”. Essas três mudanças estatutárias eliminarão o que resta de democracia na Apeoesp.

A Corrente Proletária é obrigada a colocar em destaque esse ponto, porque é o maior retrocesso político-organizativo depois de ter derrotado a burocracia de Rubens Bernardo, em 1979. É importante

lembrar que essa burocracia policialesca de Rubens Bernardo tentou de todas as formas impedir que a oposição pudesse conquistar a Apeoesp. Para isso, usou da mesma arma: mudar os estatutos. Por ironia do destino, foi também na cidade de Piracicaba. Está aí por que esse ponto ganha enorme relevância neste Congresso e está nas mãos desses delegados o rechaço dessas mudanças estatutárias. Um rechaço que, certamente, está acompanhado da aprovação de propostas que permitam dar passos na democracia sindical. Ou seja, eleições verdadeiramente democráticas, assembleias com direito de fala a todos os professores que assim desejarem, direito de intervenção dos conselheiros eleitos, proporcionalidade direta para todas as instâncias do sindicato, fim da política de cortes, instituída pela CUT, para participar nos congressos, enfim, recuperar a Apeoesp, ampliando a democracia operária (sindical).

2) Independência da Apeoesp diante do governo de frente ampla de Lula e do Parlamento

Desde a pandemia, a submissão do sindicato à diretriz da conciliação de classes vem dando passos gigantescos. A política burguesa do “isolamento social” (“fique em casa”), implantada por Doria, foi assumida plenamente pela direção do sindicato, enquanto milhares de pessoas eram obrigadas a trabalhar, enfrentavam as demissões e estavam expostas ao contágio nos transportes coletivos. Prevaleceu, assim, o corporativismo, com a exigência de vacinar primeiro a categoria dos professores. O governo aproveitou para impor o ensino a distância, que ganhou a adesão do sindicato, que passou a defendê-lo mesmo após a pandemia e, agora, tenta introduzi-lo nas instâncias de decisão da Apeoesp.

Em função do obscurantismo e da conduta fascizante de Bolsonaro, a direção levou a Apeoesp a se engajar na disputa interburguesa, expressa na campanha “Fora Bolsonaro”, que resultou na eleição de Lula e Alckmin (ex-governador considerado “inimigo da educação”). O discurso do “fascismo contra a democracia” foi o recurso para submeter o sindicato ao governo Lula. Hoje, nenhum passo em favor dos trabalhadores é dado pela Apeoesp e por outros sindicatos para não dificultar a governabilidade de Lula. Dessa forma,

o discurso da democracia contra o fascismo continua sendo a arma para ludibriar os trabalhadores. Isso quando Lula deu as costas aos pedidos das direções sindicais de revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro (trabalhista, previdenciária, terceirização e Novo Ensino Médio) e continuou a impor as reformas antipopulares, como o Marco Temporal, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária.

A submissão da Apeoesp ao governo vai além. O sindicato passou a ser uma extensão da Assembleia Legislativa, do mandato de Maria Izabel. Tudo tem se transformado em projeto de parlamentar. O método da luta direta para defender as reivindicações foi substituído pela farsa parlamentar. Quando a direção não consegue nada, a alternativa é recorrer ao Judiciário. Nesse terreno, como se sabe, o que valem são os “acordos”. Não por acaso, o PT aprovou a exigência de reajuste salarial de 50% de Tarcísio e de seu secretariado; aceitou a indicação de Tarcísio para a presidência da Alesp etc.

Certamente, a direção contará com a maioria dos delegados para manter a subordinação da Apeoesp ao governo de Lula, ocultando seu caráter de classe, ou seja, seu conteúdo de governo burguês. Em relação ao governo do bolsonarista Tarcísio, prevalecerá o discurso eleitoral visando desgastá-lo diante das disputas municipais ano que vem. Ao contrário, a bandeira de “Abaixo o governo ultradireitista de Tarcísio” implica organizar os trabalhadores em geral, para impor o programa de reivindicações com seus próprios métodos de luta. Constituir uma Oposição Revolucionária ao governo de frente ampla de Lula também implica unir a maioria oprimida, ganhar as ruas em defesa de um programa e métodos próprios dos explorados. Esse é o único terreno em favor do professorado e demais trabalhadores.

Cabe ressaltar que a subordinação dos sindicatos à democracia burguesa, à política oligárquica que controla o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, e aos governantes é resultado da política nefasta da estatização e liquidação da democracia sindical. As consequências têm sido graves, porque vêm anestesiando os trabalhadores na sua capacidade de força coletiva. Está aí por que a vanguarda com consciência de classe tem de se posicionar contra a política da direção da Apeoesp.

CONTINUA →

3) Responder à crise mundial do capitalismo, que atinge o Brasil, com os métodos da luta de classes

A situação está marcada pelo avanço da crise econômica, potenciada pela guerra comercial entre os Estados Unidos e China, e pelo avanço da escalada militar da potência norte-americana. A guerra na Ucrânia, que se prolonga por decisão dos Estados Unidos e pela política de Putin de manter-se como potência regional, tem consequências duras para a maioria da população pobre em todo o mundo. A ausência de uma resposta dos trabalhadores resulta em mais barbárie social.

É fundamental que o Congresso aprove uma resolução pelo fim da guerra na Ucrânia, tendo por base a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação; a bandeira de uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo; a interrupção da escalada militar, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos em todo o mundo; pela autode-

terminação da Ucrânia, bem como uma resposta à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. O que será possível se solidarizando efetivamente com os levantes e greves dos explorados em todo o mundo, defendendo um programa próprio de reivindicações que inclua a luta pelo fim da guerra e combinando com a luta estratégica do fim do capitalismo e defesa do socialismo.

4) Por um programa próprio dos trabalhadores, que una o professorado com a maioria oprimida, em defesa dos empregos, salários, saúde e educação, fim das contrarreformas e das privatizações

O Congresso tem a tarefa de aprovar que as centrais, sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas por todo o país. Sair do palavreado de que o governo Lula é de “disputa”, que bastam as pressões parlamentares e

a participação nos organismos do Estado, para que as reivindicações possam ser “ouvidas”. A única força dos trabalhadores é sua ação coletiva e seus métodos próprios de luta. A convocação de assembleias democráticas permite colocar os trabalhadores em movimento. A defesa de um Dia Nacional de Luta, com os métodos da ação direta, é um passo significativo para recuperar a independência política dos sindicatos e ganhar a confiança da maioria explorada, unindo empregados, desempregados, terceirizados, informais e demais trabalhadores. Trata-se, também, de um Dia Nacional de Luta em defesa do sistema único de ensino, laico, gratuito e voltado à produção social. Portanto, contra o ensino privado e em defesa da educação gratuita em todos os níveis, e pelo rechaço ao ensino a distância.

Como se vê, companheiros delegados, as tarefas são enormes. Precisamos de uma Apeoesp classista e independente. Daí a importância de erguer as bandeiras: “Abaixo a política de conciliação de classes da direção do sindicato”; “Por um sindicato a serviço da luta dos explorados” e “Pela democracia sindical”.

I 6º CECUT-SP, burocrático e governista

Aconteceu, entre os dias 25 e 27 de agosto, em Praia Grande, o 16º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CECUT-SP). A ênfase do encontro esteve na relação do movimento sindical com os governos: de apoio disfarçado, no caso do governo federal, e de oposição institucional, em relação à esfera estadual. A fórmula do “governo em disputa” foi o meio utilizado para transparecer uma suposta independência, que na verdade não existe. A direção da CUT (estadual e nacional) é petista e lulista até a medula. Tem feito de tudo - e continuará fazendo - para blindar o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin. Ao mesmo tempo, essa direção comparece como opositora ao ultradireitista Tarcísio de Freitas/Republicanos, mas mantém o choque estritamente nos marcos da disputa parlamentar-judicial, trabalhando para desgastar eleitoralmente o adversário. Ganhou destaque, nessa conjuntura, a questão das privatizações da Sabesp, Metrô, CPTM e rodovias.

Foram debatidas, durante o Congresso, resoluções relacionadas às propostas de reforma administrativa e tributária, ao problema das “negociações coletivas” e às disputas nos meios virtuais, por meio das chamadas “Brigadas Digitais”. Os delegados, contudo, eram em sua grande maioria burocratas consolidados no aparato sindical, havia pouquíssimos trabalhadores de base, ou seja, os painéis e falas do plenário assumiram a forma de “pregação para convertidos”. Praticamente não houve debate, confronto de ideias, choque de programas. A hegemonia petista era esmagadora. O caráter pró-forma das discussões demonstra, de um lado, o elevado grau de burocratização e estatização da Central; de outro lado, revela o equívoco das

rupturas encabeçadas pelo PSTU, com a CSP-Conlutas, e pelo PSOL, com a Intersindical, rupturas que permitiram ao PT e seus satélites reinarem livremente diante de uma base ampla de trabalhadores. Vale lembrar que corresponde à CUT cerca de 35% do movimento sindical no país; é a central com a maior expressão.

Uma das poucas discussões reais do Congresso girou em torno à proposta de instituição do CART (Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho), que teria a atribuição de “mediar” os conflitos entre capital e trabalho, com a participação de representantes dos trabalhadores e do patronato. Não se trata exatamente de uma novidade, está de acordo com a velha concepção das câmaras setoriais de conciliação, típica do reformismo e da política de colaboração de classes. Outro ponto de debate foi o papel do Fórum das Centrais Sindicais, que tem tomado decisões por cima das deliberações da própria CUT, revelando a influência das outras Centrais sobre o aparato cutista. Ambas as questões têm a ver com a ascensão do novo governo petista no âmbito federal, o qual despertou antigas ilusões na possibilidade de mudanças graduais em favor dos trabalhadores pela via institucional, por dentro do Estado burguês.

O POR participou do CECUT-SP com o seu programa, particularmente com uma linha de independência de classe, de mobilização dos explorados a partir das suas reivindicações e de combate à barbárie capitalista, em suas múltiplas formas, com destaque à questão da guerra na Ucrânia. Montou sua banca de materiais e distribuiu a sua Tese, além de um Manifesto

aos delegados. Dadas as limitações burocráticas do Encontro, pôde apresentar apenas duas propostas para serem avaliada pelo plenário: uma resolução a favor de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, em favor de um rol de reivindicações, como a defesa dos empregos, salários e direitos, entre outras; apresentou também uma proposta de moção pela readmissão dos operários da Volkswagen, demitidos por justa-causa, os companheiros José Parane e Eduardo Marques.

As duas propostas foram aprovadas sem necessidade de debate, o que causa estranheza, pois se sabe da existência de divergências da direção da Central em relação ao conteúdo das emendas. Por exemplo: uma das bandeiras contida na resolução do “Dia Nacional de Luta” era a da derrubada integral das contrarreformas (trabalhista, previdenciária, da terceirização e do ensino médio). É de conhecimento geral que a direção da Central não está de acordo com essa formulação, pois dá essas medidas como fato consumado, restando modificar aspectos somente. Quanto à moção sobre os operários da Volks, o problema está em que as demissões se deram justamente pelo fato de os operários terem encabeçado uma chapa sindical oposicionista. A aprovação formal, levando-se em conta a existência

de notórias divergências, indica uma atitude de se esquivar da discussão, e uma tendência a “engavetar” as propostas. Cabe ao POR pressionar para que isso não ocorra. Agora, é preciso levar a moção aprovada aos operários da Volks e cobrar da direção do sindicato metalúrgico do ABC que coloque em prática uma poderosa campanha pela readmissão dos demitidos; quanto ao Dia Nacional de Lutas, cabe ao POR exigir dos sindicatos cutistas que convoquem as suas assembleias para discutir como colocar em prática a medida.

O 16o CECUT-SP concluiu com a eleição da nova direção, tendo o operário dos Químicos, Raimundo Suzart, sido escolhido para presidir a entidade durante a gestão 2023-2027. A essência do balanço do POR se concentra na tarefa de superar a direção burocrática da CUT, erguendo as frações revolucionárias desde a base, em cada sindicato, enraizando a política do proletariado entre os oprimidos. O que coloca o combate pela independência dos sindicatos em relação aos governos, partindo da luta unitária e massiva dos explorados em favor de suas reivindicações, com os métodos próprios da classe operária, tomando como guia a estratégia própria de poder dos oprimidos, condensada na bandeira de luta por um governo operário e camponês.

A Carta abaixo foi distribuída no CECUT, que se iniciou no dia 25 de agosto

Carta do Boletim Nossa Classe/Partido Operário Revolucionário ao 16º CECUT

Em defesa da independência político-organizativa dos sindicatos e da democracia operária

O CECUT que hoje se realiza e o CONCURT que se realizará de 19 a 22 de outubro estão diante de fundamentos de classe, como a independência político-organizativa dos sindicatos e a democracia operária. A violação e eliminação desses dois princípios têm por consequências o abandono do programa de reivindicações e os métodos próprios de luta do proletariado.

A independência político-organizativa se coloca diante da burguesia, do Estado capitalista e de toda variante de política dos exploradores, ou que serve a essa classe que oprime os trabalhadores. Somente a classe operária, por seu lugar social que ocupa nas relações capitalistas de produção, pode conquistar a independência político-organizativa. O que quer dizer que existem outras classes que apesar de oprimidas não são proletárias devido também ao lugar social que ocupam na produção e distribuição. São classes que guardam vínculos de uma forma direta ou indireta com a propriedade privada que rege as leis econômicas da sociedade capitalista de exploração do trabalho. São os casos dos camponeses em relação à terra e da pequena-burguesia urbana e rural entrelaçadas às relações de propriedade.

Um passo que a classe operária dê em sua independência político-organizativa abre caminho para sua unidade com as demais classes oprimidas e, portanto, para a luta contra a dominação burguesa. A conquista de uma aliança operária e camponesa é fundamental para a marcha independente e unida do conjunto dos explorados, que envolve as camadas urbanas da classe média arruinada. As reivindicações dos pobres do campo, que se chocam com às relações de propriedade latifundiária,

podem ser defendidas pela classe operária, se estiver lutando contra a exploração capitalista no terreno da independência de classe. Ao contrário, sem a organização independente do proletariado diante da política burguesa é inviável a sua convergência com as demais classes oprimidas.

Os sindicatos são a base elementar por onde se materializa a independência político-organizativa. Mas, por si mesmos, não têm como sustentar e desenvolver a política de independência. É preciso que a classe operária organize seu partido revolucionário, que como tal encarna o programa socialista da revolução social, que começa no interior do país e se projeta mundialmente. Isso porque a classe operária é internacional, e derrubará o capitalismo, iniciando a sua demolição pelas revoluções no âmbito das particularidades nacionais.

Os delegados do CECUT se perguntarão: o que tem a ver o partido com o Congresso da CUT? Ocorre que a ausência de um poderoso partido do proletariado explica em grande medida a situação calamitosa por que passam os sindicatos e a enorme divisão de suas fileiras com mais de uma dezena de centrais. Deverão se perguntar, também, por que tantas centrais? A resposta se encontra na política colaboracionista e aparelhista das direções. A luta do proletariado exige uma só central, que funcione assentada plenamente na democracia operária e guiada pelo princípio da independência de classe.

A ausência da genuína independência político-organizativa vem afastando a classe operária e os demais explorados de suas organizações. A enorme queda na filiação não passa de um sintoma da desconfiança crescente das bases trabalhadoras

diante das direções sindicais burocratizadas, carreiristas e parasitárias. Essa desconfiança se volta, por enquanto, contra os próprios sindicatos, sem que os explorados tenham consciência da distinção desses com a sua direção que compromete a independência político-organizativa do movimento social. Sem o partido revolucionário, os sindicatos são dirigidos por uma burocracia vinculada aos partidos burgueses e pequeno-burgueses. O PT, PCdoB, Solidariedade, PSOL e PSTU, principalmente, controlam a maioria dos sindicatos. As centrais - CUT, Solidariedade, CTB e CSP-Conlutas - expressam o divisionismo provocado pelo controle de tais partidos dos aparatos sindicais.

A fragmentação das organizações operárias retrata a gravidade da ausência da independência político-organizativa. Está clara a concretude da defesa desse princípio. Dele se depreende a necessidade da democracia operária. Estes Congressos estaduais e logo mais o nacional são as provas vivas de que o aparato burocrático substituiu a presença viva das bases operárias por delegações forjadas por critérios e meios que são alheios à democracia coletiva, direta, dos explorados. Os sindicatos não fizeram a preparação pré-congressual junto aos trabalhadores. Não colocaram em discussão nos locais de trabalho, em reuniões e assembleias sindicais os principais problemas que atingem a vida dos assalariados, o programa de reivindicação e as respostas para o próximo período. A eleição de delegados pela via online é o mais novo meio burocrático de desvirtuar a representação e afastar ainda mais os explorados do centro de decisão tão importante, que é o Congresso.

Os CECUTs não serão a caixa de ressonância das fábricas e dos demais locais de trabalho. As divergências de orientação política não puderam ocupar um lugar dinâmico diante de uma situação de crise política, econômica e social que tende a se agravar. Já se tem de antemão o resultado desses Congressos. A imensa maioria dos delegados estará voltada à posição da direção de manter a subordinação dos sindicatos e centrais ao governo de Lula, ocultando seu caráter de classe, ou seja, seu conteúdo de governo burguês. Não foi possível discutir o significado da queda do governo de ultradireita e sua substituição por um governo de frente ampla, cuja composição é de centro-direita. Não houve possibilidade de discutir a posição estratégica da classe operária em contraposição à estratégia burguesa, que desemboca na colaboração de classe e sustentação de um governo burguês pelos sindicatos e centrais. Não se discutiu um prognóstico sobre o desenvolvimento da crise capitalista nacional e mundial, sobre um possível fracasso do governo Lula e reorganização da ultradireita golpista, para preparar os explorados a enfrentar dias mais difíceis. Não se discutiu as reivindicações, tarefas e campanhas que levam à unidade da luta dos explorados contra a burguesia, seus governantes e o imperialismo. Não se discutiu o significado dos acordos de demissão e redução salarial, por meio dos layoffs, PDVs etc., que têm sido praticados pelas direções sindicais colaboracionistas.

O interesse da direção burocrática se concentrou na estratégia de apoio ao governo Lula, custe o que custar para a maioria oprimida, que foi duramente golpeada pelos governos Temer e Bolsonaro, e que precisa recuperar suas forças por meio da organização independente e da defesa de um programa próprio.

A subordinação dos sindicatos à democracia burguesa, à política oligárquica que controla o Congresso Nacional e ao governo, que serve em última instância ao capital financeiro, aos monopólios industriais e ao agronegócio, é consequência

do processo de sua estatização, quebra de independência e liquidação da democracia operária. O predomínio da política de colaboração de classes nas organizações sindicais e populares anestesiou os explorados e atrasou a sua consciência de classe, que, portando, o que facilita os objetivos eleitorais e o funcionamento institucional do poder da burguesia.

Os CECUTs se realizam, porém, nos marcos de profundos abalos do capitalismo mundial, cujo epicentro se encontra na guerra da Ucrânia, que vem estremecendo a Europa e que está vinculado aos choques dos Estados Unidos com a China na Ásia. Essa situação evidencia que a crise de direção não está circunscrita ao Brasil. O atraso do proletariado em ter uma política própria diante da decomposição econômica do capitalismo e da guerra permite que o imperialismo impulsione a humanidade em direção à catástrofes, ainda não possível de ser dimensionado o seu grau de barbárie. Internamente, os explorados brasileiros arcam com a putrefação da burguesia, incapaz de reagir ao domínio imperialista e voltada inteiramente aos seus interesses que se contrapõem às necessidades mais elementares das massas.

Nesse exato momento de realização do CECUT, se escancara a céu aberto a podridão do governo Bolsonaro e de sua cúpula militar. Está mais do que visíveis as forças burguesas e pequeno-burguesas que recorreram à aventura golpista em 8 de janeiro. Haverá alguma punição em nome da defesa da “democracia” e do “Estado de Direito”, mas a raiz da decomposição política se mantém bem viva. A desgraça está, no entanto, no fato de os sindicatos continuarem servindo à colaboração de classes, que fatalmente leva à desorganização e ao enfraquecimento do proletariado, quando mais precisa avançar com seu programa, sua organização independente, seus métodos de luta e sua democracia.

A luta pela desburocratização dos sindicatos, pela desestatização e pela constituição de uma direção classista e revolucionária está há muito posta. As experiências dos explorados com o reformismo e com a correlata política de conciliação de classes têm de ser amadurecidas e evidenciadas aos seus olhos. Não há como fugir da contradição entre o atraso das condições subjetivas da classe operária e o superamadurecimento das condições objetivas do capitalismo em decomposição, que exigem o avanço da luta de classes em direção à revolução social. Por mais burocratizada que esteja a CUT, é imprescindível travar a batalha pela independência político-organizativa e pelo restabelecimento da democracia operária nos sindicatos. Por essa via, será constituída uma fração revolucionária baseada no programa próprio dos explorados e na estratégia de poder do proletariado.

O Boletim Nossa Classe/POR se esforça ao máximo para romper o bloqueio da burocracia. Comparece no CECUT e estará no CONCURTO lutando por suas resoluções, cuja essência sintetizamos nesta Carta aos delegados. Sabemos de nossas debilidades organizativas, mas temos a compreensão da força objetiva das posições programáticas, que estão de acordo com as respostas ao processo de decadência do capitalismo e à defesa das condições de existência dos explorados. Não se pode esperar nada do Estado e da democracia burguesa, a não ser as contrarreformas, mais miséria e mais pobreza das massas.

Sobre essa base convocamos os delegados que concordem com esses fundamentos a se colocarem em luta pela independência político-organizativa dos sindicatos, pela democracia operária e pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e da frente ampla.

Nesta edição:

- **Oitenta e cinco anos da fundação da IV Internacional:**
Viva o internacionalismo proletário!

- **2º Encontro Internacional Leon Trotsky:**
A importância de esclarecer a questão da fragmentação da IV Internacional

- **Trotsky:**
Capítulo V - A Guerra de Defesa

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela **Reconstrução**
da **IV Internacional**



Oitenta e cinco anos de fundação da IV Internacional

Viva o internacionalismo proletário!



Marx e Engels estabeleceram os fundamentos do internacionalismo. Estiveram à frente na batalha por constituir, em setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou seja, a I Internacional. A sua premissa se encontra o Manifesto Comunista, de 1848: “Por sua forma, ainda que não por seu conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia é primeiramente uma luta nacional. É natural que o proletariado de cada país deve acabar em primeiro lugar com sua própria burguesia”. (...) “Os operários não têm pátria. Não se pode tirar o que não possuem. Mas, por enquanto, o proletariado deve em primeiro lugar conquistar o Poder político, elevar-se à condição de classe dirigente da nação, ainda é nacional, embora de maneira alguma no sentido burguês. O isolamento nacional e os antagonismos entre os povos desaparecem dia a dia com o desenvolvimento da burguesia, a liberdade de comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e das condições de existência que lhe correspondem. O domínio do proletariado os fará desaparecer ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, ao menos dos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação. Na mesma medida em que seja abolida a exploração de um indivíduo por outro, será abolida a exploração de uma nação por outra. Ao

mesmo tempo que o antagonismo de classe desaparecer, desaparecerá a hostilidade entre as nações.”

Dezesseis anos depois, no Manifesto de fundação da Internacional, expressaria o internacionalismo da seguinte forma: “Se a emancipação das classes operárias exige sua cooperação fraternal, como realizar essa grande missão, quando a política estrangeira não procura senão ações criminosas e, ao explorar os preconceitos nacionais, não faz senão derramar o sangue e saquear as riquezas dos povos por meio das guerras com exércitos privados. (...) “Não foi a prudência dos governantes, mas a resistência heroica da classe operária da Inglaterra a essa loucura criminosas, que salvou o oeste da Europa do perigo de lançar-se a corpo aberto na infame cruzada para perpetuar e propagar a escravidão do outro lado Atlântico”. (...) “A luta por esta política externa faz parte da luta geral pela emancipação da classe operária. Proletários de todo o mundo, uni-vos”. No Congresso de Genebra, é retomada a questão dos preconceitos e da opressão nacional: “Sobre a necessidade de destruir a influência russa na Europa mediante a aplicação do direito dos povos a dispor de si mesmos e de reconstruir uma Polônia sobre a base democrática. (...) Com as mudanças recentes na Europa central, e especialmente da Alemanha, uma Polônia

democrática e independente é mais que necessária, pois de sua existência dependerá a sorte da Alemanha, que se converteu na vanguarda da Santa-Aliança ou a cooperadora da França republicana. O movimento operário será interrompido continuamente, obstaculizado e atrasado até que este resolva essa grande questão. (...) Constitui um dever, especialmente da classe operária alemã, tomar a iniciativa nesta questão ao ter colaborado com a Alemanha no desmembramento da Polônia”. Já na Plataforma da Internacional Comunista, aprovada no Primeiro Congresso, se estabelece o fundamento do internacionalismo: A Internacional que se revele capaz de subordinar os interesses chamados nacionais aos interesses da revolução mundial conseguirá, assim, a cooperação dos proletários dos diferentes países, enquanto, sem esta ajuda econômica mútua, o proletariado não estará em condições de construir uma nova sociedade. (...) Viva a República Internacional dos Sovietes Proletários!” Apesar da heterogeneidade que caracterizou a I Internacional, que obrigou Marx e Engels a combaterem os erros dos anarquistas, os fundamentos do internacionalismo foram expressão da elaboração do Manifesto Comunista.

Essas formulações feitas na metade do século XIX, quando o capitalismo se encontrava em sua fase liberal de desenvolvimento, se confirmou com mais precisão ainda no capitalismo da época imperialista, que se inicia no final desse mesmo século e se projeta já no início do século XX. Coube ao Partido Bolchevique, sob a direção de Lênin, desenvolver plenamente os princípios marxistas do programa da revolução mundial. A revolução russa se processou em meio a uma cisão definitiva no seio da socialdemocracia, que havia posto em pé a II Internacional, fundada com a participação de Engels. A separação entre bolchevismo e menchevismo na Rússia se deu nos marcos do enfrentamento ao revisionismo antimarxista no interior da socialdemocracia internacional, que se definiu plenamente diante da Primeira Guerra Mundial.

O antagonismo entre o nacionalismo burguês e o internacionalismo proletário demonstrado por Marx e Engels emergiu de corpo inteiro no processo da revolução que se gestava na Europa e que se achava mais avançado na Rússia. Na forma, as transformações revolucionárias encarnadas pelo proletariado russo eram nacionais, mas em seu conteúdo se mostravam internacionais.

A revolução russa se originou e se desenvolveu em grande medida entrelaçada à revolução alemã. O atraso das forças produtivas na Rússia, cuja revolução social acabava de se desfazer completamente do velho czarismo e que passava para as mãos do proletariado as tarefas democrático-burguesas, poderia e teria de ser resolvido em conexão com as forças produtivas capitalistas avançadas. E as condições históricas para dar início a tal tarefa internacionalista estavam mais amadurecidas na Alemanha, principalmente do ponto de vista da luta de classes. A socialdemocracia alemã e a II Internacional tinham em suas

mãos a responsabilidade de lutar pelo poder e confluir toda energia em favor da revolução russa. Caminharam exatamente no sentido contrário. Levantaram-se como obstáculo ao bolchevismo. Impossibilitaram a unidade do proletário russo e alemão, como estabelece o internacionalismo, e, assim, atravancaram o caminho da unidade dos explorados em toda a Europa. A II Internacional, tomada pelo reformismo, passou de um instrumento inicial do internacionalismo a uma arma poderosa da burguesia europeia em sua cruzada contra a Revolução Russa. Tornou-se inevitável, apesar da luta dos bolcheviques, que a II Internacional acabasse por servir à política de guerra dos Estados imperialistas, agarrando-se ao socialchovinismo contra o internacionalismo. As derrotas do proletariado alemão no período de 1918-1923 resultaram no isolamento da revolução e da árdua tarefa de edificar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A profunda diferenciação política entre o bolchevismo e a socialdemocracia, entre o internacionalismo e o socialchovinismo, se consolidou com a revolução na Rússia, e se fortaleceu com a criação da URSS e formação da III Internacional, cujos quatro primeiros Congressos, de elaboração programática e de fundamentação organizativa centralista-democrática, se realizaram entre 1919 e 1923. Pela primeira vez, a Internacional se constituiu em Partido Mundial da Revolução Socialista, refletindo as tendências de combate das massas aos capitalistas e seus Estados, em boa parte do mundo.

O Manifesto do Comitê Executivo, de julho de 1921, referente ao Terceiro Congresso, evidencia os motivos de a III Internacional se ampliar e se fortalecer, rompendo o seu caráter embrionário de 1919 e 1920. Alerta: “O mundo capitalista se acha diante do abismo de novos perigos de guerra.” Explica: “O que temem é que uma nova guerra empurre definitivamente as massas para as fileiras do exército da revolução mundial, que uma nova guerra provoque o levantamento final do proletariado.” (...) “A Internacional comunista deve opor sua estratégia à da burguesia mundial.”

Na Resolução sobre a Revolução Russa, do Quarto Congresso, estabelece a relação entre as condições nacionais e a revolução mundial. Uma de suas teses reafirma: “O IV Congresso mundial recorda aos trabalhadores de todos os países que a revolução proletária nunca poderá vencer em um só país, mas sim no marco internacional, como revolução proletária mundial. A luta da Rússia dos Sovietes, por sua existência e pelas conquistas da revolução, é a luta pela libertação dos trabalhadores, dos oprimidos e explorados do mundo inteiro.”

A partir do IV Congresso, sem a presença de Lênin, e sem que Trotsky conseguisse liderar o Partido Comunista, inicia-se uma revisão em toda a linha, pela camarilha de Stalin, tendo por base a deformação e negação do internacionalismo. O triunfo da tese sobre a possibilidade de “construir o socialismo em um só país” correspondeu à burocratização do partido e do Estado

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Operário, que levaria à liquidação final da III Internacional, em 1943, em plena Segunda Guerra, que havia sido prevista como possibilidade em seu Congresso de 1921. O estalinismo assume plenamente a política de rejeição à tese de que a “a revolução proletária nunca poderá vencer em um só país”. A formulação sobre a construção do “socialismo em um só país” abrigava a linha política sobre a possibilidade de “coexistência pacífica com as potências imperialistas”. A interdependência entre as duas teses estava de acordo com o nacionalismo socialista.

É com essa revisão programática que a URSS se viu diante da Segunda Guerra. A direção estalinista concluiu se submetendo à estratégia de paz da coalizão imperialista vencedora, sob hegemonia dos Estados Unidos. A III Internacional estava liquidada. A traição do estalinismo equivaleu, em termos históricos, à da socialdemocracia.

Durante dez anos, a Oposição de Esquerda lutou para desestalinizar o partido, arrancar a burocracia totalitária do comando do Estado Operário e recuperar a III Internacional sobre a base dos seus Quatro Primeiros Congressos, ou seja, de 1923 a 1933. E nos cinco anos seguintes, Trotsky se pôs a preparar a fundação da IV Internacional, que ocorreria em 3 de setembro de 1938. Os Processos de Moscou de 1936 e 1937 indicaram que o governo termidor avançava em seu combate à Oposição trotskista pelo método do terror. A IV Internacional não deveria nascer, custasse o que custasse. Essa foi a linha traçada pela burocracia. Em toda parte, que se despontavam tendências favoráveis a uma nova internacional, os estalinistas e a polícia política do Kremlin agiam com a violência de aparato. A destruição física de toda velha direção e a perseguição implacável ao trotskismo, assim denominado por Stalin, foram fundamentais para impossibilitar que a IV se formasse tendo em sua base uma seção na URSS. A derrota, sobretudo, da revolução na Espanha e o papel nefasto do POUM que passou a se opor à orientação da Oposição de Esquerda, serviram ao objetivo de Stalin de isolar e dificultar por todos os meios o fortalecimento do movimento marxista-leninista-trotskista que se dirigia a constituir a IV Internacional, a exemplo do bolchevismo que ao reconhecer a traição da socialdemocracia passou a trabalhar pela III Internacional. Tratava-se de proteger o programa dos seus Quatro Primeiros Congressos e de dar continuidade aos fundamentos históricos e teóricos do internacionalismo consolidados no Manifesto Comunista e na I Internacional.

Nas Teses sobre a Tática, do Terceiro Congresso, se encontram o método e os princípios que regeram o Programa de Transição, que passou a nortear a IV Internacional. Afirma que “é preciso tomar cada necessidade das massas como ponto de partida das lutas revolucionárias, que, em seu conjunto, podem constituir a poderosa corrente da revolução social”. Na Resolução sobre Programa da Internacional Comunista, do Quarto Congresso, estão expressos a concepção e os princípios do programa marxista: “Os fundamentos teóricos das reivindicações transitórias e parciais devem ser formulados em sua totalidade no programa geral.” Sobre a base dessa orientação, o “Congresso confirma que as seções nacionais da Internacional Comunista que ainda não têm o programa nacional devem iniciar imediatamente a sua redação para submetê-la ao Comitê Executivo, a pelo menos três meses antes do 5º Congresso, para sua correspondente ratificação.” (...) “No programa das seções nacionais, a necessidade da luta pelas reivindicações transitórias deve ser fundamentada com exatidão e clareza. Também serão mencionadas as precisões sobre a vinculação dessas reivindicações com as condições concretas de tempo e lugar.”

O estalinismo levou às últimas consequências o rompimento com essas diretrizes, que determinam a natureza do programa e da tática revolucionária correspondente. Eis a razão pela qual a III Internacional, em seu V Congresso, não cumpriu essa tarefa, e os partidos comunistas estalinizados acabaram servindo às burguesias nacionais e aos seus governos. A liquidação programática e em seguida a sua dissolução comprovaram o curso previsto por Trotsky, de que o bonapartismo termidoriano caminhava no sentido geral contrário ao fortalecimento da URSS, que sofria poderosas pressões do imperialismo. A situação da Segunda Guerra colocou a política do Kremlin em posição subordinada aos Estados Unidos e sua aliança imperialista.

A fragilidade da IV Internacional se refletia nos obstáculos que dificultavam e atrasavam as suas seções na tarefa de assimilar o Programa de Transição, seguir a orientação de constituir seus programas nacionais e ligar os seus quadros à classe operária. Embora a linha estabelecida por Trotsky em relação à guerra imperialista e a posição de defesa incondicional da URSS tivessem sido profundamente discutidas e configuradas no Programa de Transição, a IV Internacional não se fortaleceu após o seu assassinato em 20 de agosto de 1940. Constata-se que o problema dos problemas foi não ter tido tempo de formar um quadro sólido de direção. A fortaleza da nova Internacional se encontrava na luta em torno às conquistas da Revolução de Outubro, como parte da revolução mundial. O combate à contrarrevolução, que levaria à destruição da URSS, decidiria, em última instância, o progresso da luta internacional do proletariado. É o que se verificou com a expropriação da burguesia no Leste Europeu e, principalmente, com a Revolução Chinesa.

O fortalecimento da burocracia estalinista não resultou em mudança de curso no processo de restauração capitalista na URSS, embora as forças favoráveis à revolução mundial se chocassem abertamente com a nova ordem imperialista. O pós-guerra não contou com uma vigorosa direção mundial, que dependia dos avanços da IV Internacional. A premissa do Programa de Transição, de que “sem a revolução social, no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada pela catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de tudo da vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se reduz à crise de direção revolucionária”, indicava que dependia do proletariado erguer a IV Internacional à altura da Terceira. Os explorados somente poderiam retomar os estágios mais elevados da revolução mundial, se contassem com uma direção que encarnasse plenamente o marxismo-leninismo-trotskismo, ou seja, as conquistas do Manifesto Comunista, da I Internacional, da II Internacional em sua origem e da III Internacional, antes de sua degeneração.

As cisões e dissolução da IV Internacional entre meados de 1950 e os anos de 1960 se manifestaram precisamente pela não assimilação da luta da Oposição de Esquerda Russa e depois da Oposição Internacional contra o nacionalismo estalinista e o termidor. As pressões do aparato estalinista, nas condições da Guerra Fria, gestaram na direção da IV Internacional um revisionismo, que passa a considerar que o estalinismo poderia jogar um papel progressivo para a revolução mundial. Os liquidacionistas não puderam realizar uma traição prática ao proletariado pelo fato de a IV Internacional não ter superado sua fase embrionária de construção. O que distingue sua dissolução da que se passou com a III Internacional, e com a decomposição da II Internacional.

O Programa de Transição continua como uma fortaleza, embora tenham ocorrido grandes mudanças na situação internacional, com destaque à retomada do capitalismo no Leste Europeu e nos Balcãs; o triunfo da contrarrevolução restauracionista na URSS que levou ao seu desmoronamento; e o processo de penetração dos monopólios na economia chinesa, que a subordinou completamente à economia mundial capitalista. O enorme atraso em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista é o fator determinante da crise de direção, que ampliou e se aprofundou ainda mais em relação ao momento em que nascia a IV Internacional. De conjunto, essas mudanças pesaram a favor da contrarrevolução. A dissolução da Quarta nos anos de 1960, a potenciação das tendências restauracionistas nos anos de 1980 e a derrocada da URSS na década de 1990 acentuaram as derrotas do proletariado mundial, sem que contasse com uma direção minimamente capacitada para reagir aos retrocessos de caráter histórico.

A derrocada da URSS, de todas as vitórias do imperialismo no pós-guerra, resultou no maior desastre para a luta revolucionária e para o progresso do socialismo. As forças reacionárias, contrarrevolucionárias e o conservadorismo burguês e pequeno-burguês se agigantaram, esmagando as mais profundas tendências históricas das revoluções proletárias, que se conformaram na primeira guerra e emergiram convulsivamente na forma da revolução russa e do internacionalismo proletário. A reconquista pelo imperialismo do terreno perdido para o proletariado e a maioria oprimida, no entanto, não rejuvenesceu o capitalismo envelhecido e caduco. Ao contrário, reforçou a caracterização marxista de que o imperialismo é a sua última etapa de desenvolvimento e que carrega em suas entranhas a transição para o socialismo. Não há nenhuma via burguesa para superar as contradições do capitalismo da época imperialista, que bloqueiam e desmoronam as forças produtivas, intensificam os choques entre as potências, levam a guerras e projetam a barbárie. Inevitavelmente, a decomposição do capitalismo e recrudescimento do desemprego, da pobreza, da miséria e da fome, reacendem as tendências progressivas da história encarnadas pelo proletariado, que recompõem os antagonismos de classe e que forçam passagem à revolução social.

A crise de direção é exposta objetivamente nessas condições. É preciso identificá-la em seu conteúdo e forma. Do ponto de vista do programa comunista, da teoria do socialismo científico e das experiências da luta de classes, não há crise de direção. Esse conteúdo histórico se confirmou plenamente. A vitória da contrarrevolução, que levou à destruição da trincheira mais avançada do proletariado mundial, que foi a URSS, não o contradiz, mas afirma a premissa do socialismo científico de que o capitalismo caminha para sua superação como última sociedade de classes. O problema está em que a dominação da burguesia e a preservação do capitalismo senil dependeram e dependem das traições das direções.

O estalinismo foi a forma mais destrutiva para os progressos da luta de classes, uma vez que se constituiu em terror no seio do Estado operário e da URSS. As conquistas programáticas e teóricas do internacionalismo foram arrancadas da classe operária por meio da eliminação de sua vanguarda. Serviu à burguesia mundial e nacional para destruí-la, seja física ou politicamente. O estalinismo não se distinguiu do fascismo em sua forma de combater as direções classistas e a vanguarda proletária, que encarnava as leis da história, o programa da revolução social e o internacionalismo.

O percurso da Oposição de Esquerda e da IV Internacional retrata a forma da crise mundial de direção. Passadas mais de três décadas do esfacelamento da URSS, a Rússia restauracio-

nista se acha diante da possibilidade de um confronto direto com os Estados Unidos e sua aliança imperialista. Uma das ex-repúblicas soviéticas mais importantes, a Ucrânia, se transformou em bucha de canhão para os objetivos anexadores do imperialismo norte-americano e europeu, e anteparo para a Rússia defender os seus interesses capitalistas. A China se movimentou no sentido de a guerra comercial se transformar em choque militar. A escalada militar é a mais alta desde o fim da Segunda Guerra e da Guerra da Coreia.

O marxismo-leninismo acumulou grandes experiências na Primeira Guerra, formulou uma sólida linha sobre o caráter de classe das guerras e enriqueceu o programa socialista com as respostas proletárias. O problema está em que a ausência da Internacional impossibilita à classe operária de se levantar com sua política e organização próprias diante da guerra que caminha para o décimo nono mês e que ergue a sombra de uma terceira guerra mundial. O capitalismo atravessa uma fase de erupção. E a classe operária se acha em atraso devido à crise de direção. Vem se manifestando com seu método grevista, mas limitada pelas direções colaboracionistas e subordinada aos governos. Os explorados estão obrigados a se defender das contrarreformas, do desemprego e do rebaixamento do valor da força de trabalho. Os conflitos na França são a ponta de iceberg europeu e internacional. As lutas defensivas ainda não puderam se transformar em ofensivas contra a política geral dos governantes. Vão modificar-se diante da guerra que se prolonga. Terão de responder à decomposição do capitalismo e à potenciação de suas tendências destrutivas. Caso contrário, os perigos da generalização da guerra, cujas forças em combate poderão romper os marcos da Ucrânia, se tornarão cada vez mais próximos de se converter em uma grande catástrofe.

Não há outro caminho para restabelecer a IV Internacional a não ser aplicando o Programa de Transição, que tem por estratégia a bandeira libertadora dos Estados Unidos Socialistas da Europa. A vanguarda com consciência de classe obrigatoriamente se guia pelo objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A questão se agrava diante da guerra na Ucrânia. Uma linha de classe correta e a mais precisa possível se entroncará com um movimento das massas contra a guerra, que emergirá mais cedo ou mais tarde. O curso dos acontecimentos se encarregará de colocar objetivamente a bandeira do Manifesto Comunista, dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e do Programa de Transição: Operários e operárias do mundo todo, uni-vos. Somente a unidade do proletariado em luta contra o imperialismo e toda forma de opressão de classe e nacional será possível interromper a marcha da barbárie. A bandeira de reconstrução da IV Internacional é um guia obrigatório para resolver a tarefa de superação da crise de direção.

Viva os 85 anos da IV Internacional!



2º Encontro Internacional Leon Trotsky

A importância de esclarecer a questão da fragmentação da IV Internacional

Últimas considerações sobre a discussão em torno à questão das “Tarefas do trotskismo no Brasil hoje”, organizada pelo 2º Encontro Internacional Leon Trotsky, pelo Comitê Mário Pedrosa, respondendo ao assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940.

No Massas anterior, publicamos a transcrição do pronunciamento do Partido Operário Revolucionário (POR) e o texto que serviu de preparação, denominado “Base para a exposição do POR no 2º Encontro Internacional Leon Trotsky, 23 de agosto”. Devido ao caráter limitado da discussão que contou com a participação de cinco correntes que se reivindicam do trotskismo, não pudemos responder a algumas formulações e questionamentos. Sabendo de antemão o que se passaria em um tempo tão concentrado, o representante do POR declarou logo no início de sua exposição que “não teria interesse algum em fazer um balanço de qualquer uma das correntes presentes”, que identificamos como revisionistas e centristas.

A questão estratégica da situação mundial se concentra na crise de direção e na tarefa de Reconstruir a IV Internacional, o que implica a construção de partidos marxista-leninista-trotskista. Os revisionistas e centristas não apenas não podem se colocar nesse curso da história, como também se levantam como obstáculos. O fato do POR ter decidido tratar da crise de direção e não expressar um posicionamento diante da crise no Brasil e, em particular, da política de conciliação de classe que serve ao governo burguês de Lula, não significa que não reconheça a importância e a necessidade das questões levantadas pelas demais correntes.

Não tivemos como, no Jornal Massas anterior, expor alguns dos aspectos que não foram possíveis tratar na discussão oral do dia 23. Dentre as correntes presentes – MES, Resistência, MRT e PSTU, todas variantes de divisões no campo do morenismo – o POR foi a única que havia se posicionado pelo Voto Nulo, pela defesa do programa de reivindicações dos explorados e pela política de independência política dos trabalhadores diante das eleições. O que a habilitava a levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula. Na sucinta resposta final, o representante do POR tratou de três questões: 1) o não posicionamento das correntes sobre o revisionismo que desmoronou a IV Internacional e a tarefa de reconstruí-la; 2) sobre o que havia sido dito quanto as tendências fascizante, a eleição de Lula e como combatê-las com a política do proletariado; 3) a questão da guerra na Ucrânia como de primeira ordem na crise mundial e a resposta do proletariado. Encontra-se transcrição publicada no Jornal Massas.

As correntes que pretendam ter uma posição crítica séria, ainda que possa estar equivocada, tem de se basear no conjunto dos posicionamentos do POR. E nada melhor do que na forma escrita da transcrição e do texto de preparação. Esclarecido o posicionamento do POR, é bom retomar algumas das formulações e questionamentos das correntes. Para isso nos baseamos nas anotações tomadas no calor das exposições e na consulta ao vídeo que os organizadores do 2º Encontro dispuseram nas redes sociais. Evidentemente, estamos obrigados a continuar selecionando o fundamental. Despertou-nos maior interesse as colocações das duas correntes do PSOL, o MES e a Resistência. Isso porque evidenciaram as contradições do centrismo, que procura se confundir com o trotskismo.

1) O compromisso do PSOL com o governo Lula e a relação com o PT. Segundo o representante do MES, Roberto Robaina, sua corrente estaria aplicando a revolução permanente e defendendo o Programa de Transição, intervindo no PSOL. O “acerto” em sua formação como ruptura com o PT, que havia se integrado no Estado, foi o de evitar a dispersão das esquerdas. O próprio MES não teria se fortalecido nacionalmente, se não fosse uma das correntes internas ao PSOL, que passou a ser um polo de atração dos trabalhadores. O que evitou que caísse na condição de corrente marginal e sem expressão de massa. Assim, foi um acerto histórico das correntes trotskistas que se puseram a trabalhar pela ruptura com o PT e formação do PSOL. Ao contrário, segundo o representante do MES, o PSTU enfraqueceu, o que significava uma derrota para o trotskismo, dificultando uma aliança à esquerda. O PCB estaria se reconstituindo, o que não seria positivo, uma vez que sua juventude reivindica Stálin. Robaina envolveu sua crítica com o reparo de que respeita a história. Lembrou, de passagem, que o PCB está passando por uma crise, por uma cisão. O PSOL, portanto, tem tudo para ser uma alternativa à esquerda. Sua decisão de apoiar, nas eleições de outubro de 2002, de não lançar candidatura própria e apoiar a candidatura de Lula foi um acerto. Fez a ressalva de que se tratava de derrotar o fascismo. Assim, o PSOL teria agido segundo à correlação de forças da situação. Com a tática de defesa da candidatura de Lula, aplicou o programa e a estratégia, sem correr o risco de assumir uma posição sectária. Robaina procurou mostrar que tinha consciência dos perigos do oportunismo. Como o PSOL seguiu a correlação de forças, evitou o sectarismo e o oportunismo. Em síntese, essa foi a primeira parte de sua exposição. Na segunda, confessou que a participação do partido no governo preocupa o MES. E condenou a votação do PSOL na reforma tributária, por ser do interesse exclusivo da burguesia. O que não estaria de acordo com a resolução de resguardar independência do PSOL. O MES advoga que o PSOL precisa de um projeto independente. Cabe-lhe combater pela esquerda o governo de Lula, no sentido de que não vá para a direita. Há uma disputa interna no PSOL, tensionado pela estratégia reformista. A luta do MES é para que não se cristalice. Trata-se, para isso, de fortalecer um polo à esquerda diante do governo Lula, de maneira que enfraqueça a direita. Em palavras, conclui que sabe dos limites das disputas eleitorais. E que trotskismo tem de romper a marginalidade e explicar a força que tem.

As considerações da representante da Resistência, Camila Lisboa, não diferem essencialmente do MES. Essa corrente resultou de uma cisão no PSTU. Admite em palavras que o capitalismo se acha em profunda crise mundial. O que confirma as teses da revolução permanente. Referiu-se como preâmbulo a combinação das tarefas democráticas com as socialistas. A distinção da Resistência está em que se apoia nas caracterizações e responde de acordo com a correlação de forças. O que marca a situação é a luta contra o neofascismo que vem ganhando força em toda a parte. É nesse marco introdutório que Lisboa passa a justificar a participação do PSOL em uma frente de defesa da candidatura de Lula. Acentuou que a posição de apoiar o governo Lula, depois da vitória eleitoral, se devia à continuidade da luta do PSOL contra a direita fascista, que ainda continua atuante na oposição. Essa é a caracterização do momento, que serve de ponto de partida para o PSOL defender o governo

Lula. No entendimento de Lisboa, sem, contudo, defender o governo de conciliação de classes. Segundo a Resistência, são a caracterização da situação marcada pelo ascenso da ultradireita em todo o mundo e o reconhecimento da correlação de forças desfavoráveis aos trabalhadores que a difere no PSOL das demais correntes trotskistas, que fazem “culto ao purismo revolucionário” e que “subestimam a extrema direita”.

Podemos considerar as exposições do MES e da Resistência como um bloco, embora tenham ensaiado procurar algumas diferenças, que certamente existem, mas secundárias, a exemplo de como se colocar diante do governo Lula. As de Vera Lúcia, do PSTU, e Maíra Machado, do MRT, se diferenciaram por criticar o apoio eleitoral do PSOL a Lula e a participação no seu governo. De forma que constituíram um outro bloco, cujas diferenças não se pôde notar.

2) O fundamental da exposição de Maíra Machado (MRT) se encontra no rechaço ao apoio ao governo Lula. Diz que é preciso saber qual programa e qual estratégia para enfrentar a ultradireita. O fortalecimento da direita se dá no âmbito da política de conciliação de classes. Critica o MES e a Resistência por participarem da política do PSOL que faz parte do governo Lula, que continua oprimindo os trabalhadores, a juventude, os negros, quilombolas etc. Vem ocorrendo ataques aos trabalhadores sem a devida resistência. As direções sindicais conciliadoras são um obstáculo. A tarefa consiste em construir uma política independente. Cita como exemplo a Frente de Esquerda na Argentina e a política do PTS, que se apresentam como alternativa socialista. Diz que é preciso superar pela esquerda a conciliação de classes e alcançar a hegemonia operária, a auto-organização dos trabalhadores. O PSOL é uma trava no caminho da constituição de uma força de esquerda. Critica o etapismo das teses morenistas (referente a Nahuel Moreno), em uma clara tentativa de diferenciação tanto com o MES e a Resistência quanto com o PSTU. Faz menção à refundação da IV Internacional.

3) A representante do PSTU, Vera Lúcia, fez, ao nosso ver, a exposição mais desconectada. Iniciou com a ideia de que é preciso construir uma Internacional Socialista. Para isso, construir partidos revolucionários. Rechaçou o apoio a Lula, por se tratar de um governo que administra o Estado capitalista. Expôs uma sequência de dados que evidenciam a alta concentração de riqueza em poder de uma minoria e a enorme pobreza da maioria. Poderosos grupos econômicos estão com o governo de Lula. O PSOL se tornou um partido da ordem. Não prepara os trabalhadores para tomar o poder. Em meio a tais considerações, Vera Lúcia, pergunta: Lula poderia fazer um governo diferente? Poderia! Não poderia deixar de pagar a dívida pública? Tem alguma coisa que impeça Lula de desmilitarizar a polícia? Não tem nada que impeça! Conclui que a correlação de forças tenderia a se modificar se Lula revogasse as reformas contrárias aos trabalhadores. Como se pode notar, a confusão é completa, de forma que ficou difícil de encontrar consistência na crítica ao governo Lula.

Algumas considerações

1) A limitação impossibilitava a apresentação de um balanço do percurso de cada corrente para se verificar qual de fato encarna os fundamentos históricos e programáticos do marxismo-leninismo-trotskismo. Não basta se reivindicar como tal para concretamente expressar a construção do partido revolucionário e conseqüentemente o internacionalismo.

À exceção do POR, as demais correntes são produtos do morenismo e de suas cisões. A Resistência resultou de uma ruptura com o PSTU, imediatamente voltada a integrar o PSOL. Como adventícia, não pode ser confundida com o MES, que esteve na fundação do PSOL. O PSTU é a corrente morenista histórica no Brasil, tem sua matriz no Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) argentino, fundado em 1972, por Nahuel Moreno, e é um satélite da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-QI). O MRT se organizou mais tardiamente, por iniciativa do PTS argentino, que também formou sua corrente internacional, a Fração Trotskista Quarta Internacional (FT-QI). De conjunto, essas correntes refletem a desintegração da IV Internacional, surgindo do mesmo tronco político-ideológico constituído sob a liderança de Nahuel Moreno. Não estiveram presentes à mesa do dia 23 os lambertistas (Pierre Lambert) e os mandelistas (Ernest Mandel), que se acham diluídos no PT.

Essa sucinta descrição mostra o quadro do estilhamento da IV Internacional, provocada originariamente pelo revisionismo, promovido pelo dirigente Michel Pablo (pablismo). O POR, portanto, não guarda nenhuma relação com as correntes que emergiram do revisionismo, sejam elas mais ou menos críticas do pablismo. A importância dessa observação está em que as variantes do morenismo – e nesse sentido podemos incluir o lambertismo e o mandelismo – têm em comum o fato de não se construírem sobre a base de um programa da revolução no Brasil. Ao contrário, o POR foi criado no final dos anos de 1980 devido à necessidade programática, que se guia pelo internacionalismo proletário e pela tarefa de superar a crise de direção, de reconstruir a IV Internacional. Nenhuma outra variante que se autoproclama trotskista se ergueu sobre o imperativo de estabelecer o programa da revolução proletária, expressão particular do programa dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e do Programa de Transição da IV Internacional.

O MES e a Resistência integram um partido pequeno burguês, o PSOL, que foi criado em função da degeneração do PT, mas sem um programa que concretamente o caracterize de proletário, revolucionário, e que se oponha ao reformismo, que, como se constata, há inúmeras variantes nacionais e internacionais. O PSTU chegou a se colocar nas eleições de 2006, sob a candidatura do PSOL, na figura de Heloísa Helena, frente eleitoral que não mais pôde ser reproduzida. O MRT necessita justificar como ruptura quanto à concepção da revolução, mas se guia pela mesma estratégia e tática do centrismo expresso nas mais distintas variantes do morenismo. Seu percurso diante das pressões petistas em torno à candidatura de Lula não tem nada de firme consistência programática. O motivo está em que o MRT não elaborou um programa. Nas recentes eleições presidenciais, formou com o PSTU o “Polo Socialista Revolucionário”, em torno à candidatura de Vera Lúcia. No segundo turno, o Bloco se desfez. O PSTU decidiu-se pelo voto em Lula, e o MRT se ocultou atrás de um voto nulo fantasma.

O que melhor explica as divisões no terreno do morenismo (ou do não declarado morenismo) é a diferença de tática. As divergências surgem precisamente nos momentos eleitorais. A razão desse fenômeno é que nas condições de inexistência do programa a tática pode ser manejada livremente, uma vez que não é determinada pela estratégia. Seguindo esse elo causal, a caracterização da situação política passa a ser manejada de acordo com a tática eleitoral desvinculada de qualquer condicionamento da estratégia revolucionária, ou seja, da luta pelo poder.

CONTINUA →

As distintas correntes do morenismo, que polemizaram em torno ao apoio à candidatura de Lula, têm em comum a consigna de governo dos trabalhadores, esvaziada do fundamento da revolução social e da ditadura do proletariado. Reivindicam da luta dos camponeses, dos indígenas e dos quilombolas, mas desconhecem a luta pela constituição de uma aliança operária e camponesa, e rechaçam a estratégia do combate por um governo operário e camponês, que como tal será produto da revolução proletária. É comum às variantes do morenismo levantarem a bandeira de Assembleia Constituinte como estratégia, de forma a combiná-la com a fórmula difusa de governo dos trabalhadores.

Nesse terreno movediço, convivem sob a guarda do PSOL, o MES e a Resistência, ambos se dizendo trotskistas. O MES se mostra mais preocupado que a Resistência sobre o perigo de se cristalizar o programa reformista no PSOL. Significa que o MES se encontra em uma difícil encruzilhada devido ao PSOL ter ingressado no governo de frente ampla e ter votado a reforma tributária. A Resistência necessita justificar sua adaptação ao reformismo pequeno-burguês com o argumento de que a correlação de forças ainda encerra o perigo do fascismo. O apoio ao governo Lula seria a tática que corresponde à caracterização da realidade marcada pela ascensão do neofascismo em todo o mundo. Jura que está pela independência, mas trabalha para que os trabalhadores e seus sindicatos não se rebelam contra um governo que livrou o País da continuidade da ultradireita. No fundo, essa é a mesma posição do MES. Com certeza, rechaçam a bandeira do POR de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula e à colaboração de classes.

Ocorre que o PSOL já nasceu como uma variante pequeno-burguesa do reformismo. De que adiantou a sua Conferência ter aprovado a independência, se o partido se vendeu ao governo Lula em troca de um ministério, o dos Povos Indígenas. Sua adaptação ao lulismo ao ponto de se submeter à frente eleitoral do PT desfaz a ilusão de que poderia ser uma alternativa de esquerda para os trabalhadores.

Tanto o PSTU quanto o MRT procuraram se diferenciar do PSOL atacando o governo Lula, atingindo os “trotskistas” do MES e da Resistência. Mas, não reconheceram o fardo que o PSTU carrega por ter votado no segundo turno em Lula, portanto, condenando o voto nulo. E o MRT, de sua parte, não se viu no dever de responsabilizar o PSTU por ter mandado à fava o “Polo Socialista” no segundo turno. Acontecimento que pôs às claras seu caráter oportunista.

2) A crítica ao sectarismo é manejada para ocultar o oportunismo. O MES e a Resistência insistiram em que é preciso explicar por que o trotskismo – com se vê, o termo é generalizado – não rompeu a barreira da marginalidade. Evidentemente, referiam-se mais diretamente ao PSTU e MRT. Tudo indica que não consideram o POR como trotskista. O termo sectário foi utilizado nesse sentido.

Roberto Robaina procurou apresentar um caminho. O PSOL teria não apenas evitado uma grande dispersão ao criar uma alternativa socialista ao PT reformista, como também rompido a barreira da marginalidade. O MES contribuiu para isso. O que lhe facultou se firmar e crescer nacionalmente. Mas trouxe a dúvida, até quando continuará nesse caminho, já que corre o risco de se cristalizar como reformista.

O que significa romper a barreira da marginalidade? Entendemos que se trata da fusão do partido, ou seja, do programa revolucionário, com os instintos de revolta de classe do proletariado e com o movimento geral dos explorados. O partido

consegue esse objetivo histórico, tornando-se direção de uma fração avançada da classe operária, que lhe facultará lutar pela direção da maioria oprimida. Essa é a noção leninista de vanguarda revolucionária, que foi formulada no movimento de construção do partido revolucionário, e que seria materializada pelo bolchevismo. Não há experiência mais exemplar para demonstrar que o vínculo do destacamento mais avançado (vanguarda) com o proletariado se constrói com o programa da revolução social. Esse processo envolve inúmeros fatores históricos.

A estruturação do partido no seio da classe operária se realiza formando quadros que dominam o programa, a estratégia e a tática revolucionária. Nesse sentido, o PSOL não rompeu a camisa de força da marginalidade, porque não encarna o programa da revolução e ditadura proletárias. A experiência do MES com o PSOL se reduz aos ganhos eleitorais e à influência sobre uma camada da classe média. O PT e sua burocracia sindical continuam controlando os explorados. O reformismo pequeno-burguês se vale das migalhas esparzidas e deixadas para trás pelo reformismo burguês. O exitismo do representante do MES serve de cortina para ocultar o oportunismo dos pseudos trotskistas. Esses sim, se autoproclamam trotskistas.

Mas, Robaina pôde se valer do recurso retórico contra o isolamento dos trotskistas porque o problema existe, e é de ordem histórica. Não tão grave como hoje, a IV Internacional surgiu organizativamente débil, padecendo do isolamento. A maior ou menor debilidade se mede pelo grau de penetração do programa da revolução social nas várias camadas dos explorados, principalmente nas da classe operária. Essa comparação nos ajuda a compreender a debilidade do POR. A classe operária sofreu com a política do estalinismo (do PCB, respeitado por Robaina), com o fracasso dos primeiros trotskistas da década de 1930, com a forte influência do nacional-reformismo burguês e, mais recentemente, com as deformações das inúmeras correntes centristas. O PSOL é fruto desse atraso, ao mesmo tempo que reforça os obstáculos interpostos entre a embrionária vanguarda e o proletariado.

Trata-se, porém, de um fenômeno mundial, que se manifesta na profunda crise de direção. A dissolução da IV Internacional é responsável em grande medida por reforçar as referidas barreiras. Toda tentativa de encontrar atalho para formar o partido-programa no seio do proletariado conduz ao oportunismo, e não à destruição das argamassas que isolam o proletariado de sua vanguarda com consciência de classe.

O POR acumula trinta e quatro anos de luta por constituir quadros marxista-leninista-trotskistas. A sua abnegada militância lhe tem mostrado e ensinado que o partido é uma obra histórica que não se improvisa. Tem avaliado constantemente o descompasso entre a sua rica formulação programática e o objetivo de se formar como uma fração revolucionária ligada às massas. O fato de elaborar o programa da revolução social para o Brasil no fogo da luta ajuda a forjar a vanguarda leninista que dará um salto à frente à medida que o proletariado se chocar abertamente com os aparatos burgueses montados pelos reformistas.

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

O POR iniciou no jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o V capítulo “A Guerra de Defesa”.

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.

A Guerra de Defesa (Capítulo 5)



“Há que evitar este perigo – o despotismo russo – e proteger a inviolabilidade de nossa cultura e a independência do nosso país. Manteremos a postura de sempre: nos momentos de perigo, não trairemos a Pátria. Guiados por esses princípios, votamos pelos créditos de guerra”.

Esta foi a declaração da fração social-democrata alemã, lida por Haase na sessão do Reichstag de 4 de agosto. Aqui apenas a defesa da pátria é mencionada. Nenhuma palavra é dita sobre a missão “libertadora” desta Guerra em nome dos povos da Rússia, consigna que mais tarde foi proclamada pelos socialistas em toda parte. Pelo contrário, sua imprensa – que não chega perto do patriotismo do partido –, teve a astúcia de apresentar além disso, esta guerra como uma iniciativa pela libertação da Rússia e da Europa do poder do czarismo. Já mostramos claramente por que os povos da Rússia tinham todos os motivos para rejeitar o apoio oferecido a eles na ponta das baionetas do Hohenzollern. Mas, e quanto ao caráter “defensivo” da Guerra? O que mais surpreende na declaração da social-democracia é o que ela esconde e deixa de dizer. Depois de Bethmann-Hollweg anunciar no Reichstag a violação da neutralidade da Bélgica e Luxemburgo como forma de atacar a França, Haase não fez nenhum protesto. Esse silêncio é tão incrível que somos obrigados a ler a declaração uma segunda e terceira vez; está escrita como se Bélgica, França e Inglaterra nunca tivessem existido no mapa político da social-democracia alemã. Mas os fatos não deixam de ser fatos simplesmente porque os partidos políticos fecham os olhos para eles. E cada membro da Internacional tem o direito de fazer esta pergunta ao camarada Haase: “Qual parte dos cinco bilhões votados pela fração social-democrata foi destinada à destruição da Bélgica?”

É bem possível que, para proteger a pátria alemã do despotismo russo, tivesse de invadir a Bélgica! Mas, por que a fração social-democrata se manteve em silêncio sobre esse ponto? A razão é clara. O governo liberal inglês, em seu esforço para tornar a guerra popular entre as massas, fez seu apelo exclusivamente com base na necessidade de proteger a independência

da Bélgica e a integridade da França, mas silenciava sua aliança com o czarismo russo. Da mesma forma, e pelos mesmos motivos, a social-democracia alemã falava às massas apenas sobre a guerra contra o czarismo, mas não fala uma palavra sobre esse assunto aos aliados. Tudo isso não é muito lisonjeiro para a reputação internacional do czarismo, mas é lamentável que, na luta contra ele, a socialdemocracia alemã sacrifique sua própria reputação. Lassalle disse que toda grande ação política deveria começar com uma “declaração das coisas como elas são”. Então, por que a defesa da pátria começa com um silêncio envergonhado sobre as “coisas como elas são”? Ou será que a social-democracia alemã pensou que não se tratava de uma “grande ação política”? De qualquer forma, a defesa da pátria é uma concepção muito ampla e muito elástica. A catástrofe mundial começou com o ultimato da Áustria à Sérvia. A Áustria, naturalmente, foi guiada apenas pela necessidade de defender suas fronteiras de seu molesto vizinho.

O aliado da Áustria era a Alemanha. E a Alemanha, por sua vez, como já sabemos, foi motivada pela necessidade de proteger seu próprio Estado. “Seria insensato acreditar”, escreve Ludwig Quessel¹ sobre esse ponto, “que uma parede poderia ser arrancada desta estrutura extremamente complexa – Europa – sem pôr em risco a segurança de todo o edifício”. A Alemanha começava sua “guerra defensiva” com uma invasão à Bélgica, para desviar o dispositivo militar francês. A derrota militar da França apareceria apenas como um episódio estratégico da luta defensiva.

Entretanto, essa concepção não convenceu a alguns patriotas alemães. Propõem outra, muito mais de acordo com os fatos e seu significado: Rússia aumentava seu potencial bélico, França estendia o serviço militar para três anos. Então, não estava claro que os imperativos da “autodefesa” exigiam uma ofensiva preventiva? Portanto, estamos diante de duas opiniões: 1ª) Alemanha não queria agora a guerra, mas, essa lhe foi imposta pela triplíce aliança, e 2ª) Esta última acreditava que o momento não lhe era favorável e por isso a Alemanha tomou a iniciativa do combate. Mas, estes pontos de vistas contraditórios se confundem harmoniosamente num único: é na realidade de uma guerra de defesa.

¹ Ludwig Quessel: Socialdemocrata de direita

A França não podia permitir a derrota da Rússia com base em sua própria defesa. A Inglaterra justificava sua intervenção temendo o perigo que um fortalecimento da posição da Alemanha na foz do Canal da Mancha significaria. Finalmente, a Rússia também falou apenas em legítima defesa. Entretanto, ninguém ameaçava o território russo. Mas as possessões nacionais, notem bem, não consistem apenas em territórios, mas também em outros fatores intangíveis, entre eles, a influência sobre os Estados mais fracos. A Sérvia pertence à esfera de influência russa e serve ao propósito de manter o chamado equilíbrio de poder nos Balcãs, não apenas o equilíbrio de poder entre os Estados balcânicos, mas também entre a influência russa e austríaca. Um ataque austríaco bem-sucedido contra Sérvia ameaçaria perturbar esse equilíbrio de poder em detrimento da Rússia. Sasonov, sem dúvida, encontrou seu argumento mais forte nas palavras de Quessel citadas mais acima. Seria supérfluo acrescentar que a Sérvia, com Montenegro, Bélgica e Luxemburgo, também poderia apresentar algumas provas do caráter defensivo de sua política. Assim, todos os países ficariam na defensiva, e nenhum seria o agressor. Mas se é assim, então que sentido têm os termos de guerra “defensiva” ou “ofensiva”? Os critérios com que se definem essas denominações são contraditórios, e são muito difíceis de discernir uns dos outros.

O que é de fundamental importância para nós, socialistas, é o papel histórico desta guerra. A guerra é realmente capaz de desenvolver, frear ou retroceder as forças produtivas e as formas governamentais, e é capaz de acelerar a concentração das forças da classe operária? Esta concepção materialista das guerras está acima de todas as considerações formais ou externas e, não tem relação nenhuma com as noções de “defensiva” ou “ofensiva”. E, no entanto, às vezes essas expressões formais designam com maior ou menor exatidão o significado real da guerra. Quando Engels disse que os alemães estavam na defensiva em 1870, não se referia às circunstâncias políticas e diplomáticas imediatas. O fato determinante para ele foi que naquela guerra a Alemanha lutava pela sua unidade nacional, que era uma condição necessária para o desenvolvimento econômico do país e a união socialista do proletariado. No mesmo sentido, os povos cristãos dos Balcãs travaram uma guerra de defesa contra a Turquia, lutando por seu direito à autodeterminação nacional contra o domínio estrangeiro.

As condições políticas internacionais que levam a uma guerra independem desta avaliação materialista histórica da guerra. A guerra alemã contra a monarquia bonapartista foi historicamente inevitável e o direito ao desenvolvimento estava do lado alemão. No entanto, essas tendências históricas não resolveram a questão de saber quem tinha interesse em provocar a guerra em 1870. Conhecemos agora muito bem as considerações militares e a política internacional que determinaram e induziram Bismarck a tomar a iniciativa na guerra. Porém, po-

deria ter acontecido o contrário. O governo de Napoleão III poderia ter se antecipado a Bismarck, e começado a guerra alguns anos antes, caso tivesse tido maior previsão e energia. Isso teria mudado radicalmente o aspecto político imediato dos acontecimentos, mas não teria feito diferença na estimativa histórica da guerra. Depois aparece a diplomacia que deve realizar uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, deve provocar a guerra no momento mais favorável para seu próprio país, tanto do ponto de vista internacional quanto militar. Em segundo, deve empregar métodos que joguem o ônus da responsabilidade pelo conflito sangrento sobre a opinião pública, sobre o governo inimigo. Uma das funções mais importantes da agitação política socialista é precisamente denunciar os embustes e trapaças da diplomacia. Podemos ter mais ou menos êxito nesta tarefa no momento decisivo, mas é evidente que não nos podemos guiar pelo critério das intrigas diplomáticas para esclarecer o papel histórico da guerra, nem quem são seus verdadeiros iniciadores. As manobras astutas de Bismarck forçaram Napoleão III a declarar guerra à Prússia, embora a iniciativa real tenha vindo do lado alemão. Em seguida, segue o aspecto puramente militar. O plano estratégico pode ser calculado principalmente para defesa ou ataque, independentemente de qual lado declarou a guerra e em que condições. Finalmente, as primeiras táticas seguidas na execução do plano não raramente desempenham um papel importante na avaliação estratégica da guerra como uma guerra de defesa ou de agressão.

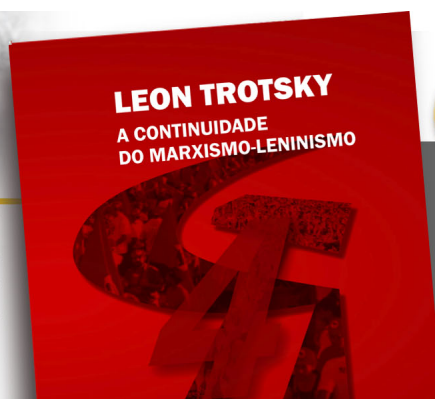
Engels escreveu a Marx em 31 de julho de 1870:

“É bom que os franceses tenham atacado primeiro o território alemão. Se os alemães repelirem a invasão e continuarem invadindo o território francês, certamente não produzirão a mesma impressão que se os alemães tivessem marchado contra a França sem uma invasão prévia. Dessa forma, a guerra continua sendo, do lado francês, mais bonapartista”.

Pelo exemplo clássico da Guerra Franco-Prussiana, vemos que os padrões para julgar se uma guerra é defensiva ou agressiva estão cheios de contradições quando duas nações se enfrentam. E tanto mais eles são quando é um choque entre várias nações. Se desenrolarmos o emaranhado desde o início, chegaremos à seguinte conexão entre os elementos de ataque e defesa. O primeiro movimento tático dos franceses deveria, pelo menos na opinião de Engels, fazer o povo sentir que a responsabilidade do ataque era dos franceses. E, no entanto, todo o plano estratégico dos alemães tinha um caráter absolutamente ofensivo. As intrigas diplomáticas de Bismarck forçaram Bonaparte a declarar guerra contra sua vontade e, desse modo, aparecer, perante a Europa, como um provocador de distúrbios. A iniciativa político-militar na guerra partiu do governo prussiano. Esta é uma enumeração de circunstâncias que são muito importantes para a estimativa histórica da guerra, mas, não esgota todas as possibilidades.

Publicado o livro:
LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
 COM NOSSO
 DISTRIBUIDOR**

Uma das causas desta guerra foi a crescente ambição dos alemães pela sua autonomia nacional que entrava em conflito com as pretensões dinásticas da monarquia francesa. Mas essa “guerra de defesa” nacional levou à anexação da Alsácia-Lorena e, por isto, numa segunda etapa, transformou-se em uma guerra de conquista.

A correspondência entre Marx e Engels mostra que eles foram guiados principalmente por considerações históricas em sua atitude em relação à guerra de 1870. Para eles, é claro, não era de forma alguma indiferente quem conduziu a guerra e seu fluxo. “Quem teria pensado”, escreveu amargamente Marx, “que vinte e dois anos depois de 1848 uma guerra nacional levaria ao triunfo dos Hohenzollern?” No entanto, o que teve um significado decisivo para Marx e Engels foram as consequências objetivas da guerra. “Se os prussianos triunfarem, isso significará a centralização do poder estatal – útil para a centralização da classe operária alemã.”

Liebkecht e Bebel partiam da mesma estimativa histórica da guerra, e foram diretamente forçados a assumir uma posição política em relação a ela. Não foi de forma alguma em oposição às opiniões de Marx e Engels, mas, ao contrário, com sua perfeita aquiescência, que Liebkecht e Bebel se recusaram, no Reichstag, a assumir responsabilidade por esta guerra. A declaração que eles entregaram dizia:

“Não podemos conceder os créditos de guerra que o Reichstag solicita, porque isso seria dar um voto de confiança ao governo prussiano. Como opositores por princípio de todas as guerras dinásticas, como republicanos socialistas que somos e membros da Associação Internacional de Trabalhadores, que sem distinção de nacionalidade combate contra todos os opressores e se esforça a unir todos os oprimidos em uma grande irmandade, não podemos nem direta nem indiretamente estar a favor da presente guerra.”

Schweitzer² agiu de forma diferente. Ele tomou a estimativa histórica da guerra como um guia direto para suas táticas – uma das falácias políticas mais perigosas! – e ao votar os créditos de guerra deu um voto de confiança aos Hohenzollern. Para que a centralização do poder estatal que surgiu da guerra fosse benéfica para a causa socialdemocrata, era necessário que a classe operária, desde o início, se opusesse à centralização realizada em proveito dos Junker com a própria centralização de sua classe e sua desconfiança revolucionária aos governantes. As consequências eventuais da guerra, que haviam induzido Schweitzer a dar um voto de confiança naqueles que a provocaram, ficaram invalidadas pela atitude deste dirigente.

Quarenta anos depois, em suas Memórias, Bebel escreveu:

“A atitude que Liebkecht e eu tomamos no início e durante a guerra foi por anos objeto de discussão e ataque violento. Num primeiro momento, até no Partido; mas apenas por um curto período. Então eles reconheceram que estávamos certos. Confesso que não me arrependo de forma alguma de nossa atitude, e, se no início da guerra soubéssemos o que soubemos mais com as divulgações oficiais e não oficiais, nossa atitude desde o início teria sido ainda mais clara. Não teríamos apenas nos absterido, como fizemos, de votar os primeiros créditos de guerra, teríamos votado contra”. (Autobiografia, Parte II, p. 167.)

2 Johann von Schweitzer (1833–1875): Presidente da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (1867–1871). Tinha um acordo secreto com Bismarck. Quando foi exposto, em 1872, foi expulso.

Se compararmos a declaração de Liebkecht-Bebel de 1870 com a declaração de Haase em 1914, devemos concluir que Bebel estava errado quando disse: “então eles reconheceram que tínhamos razão”. Pois o voto de 4 de agosto foi uma grande condenação da política defendida por Bebel quarenta e quatro anos antes, já que, na fraseologia de Haase, “Bebel traiu à pátria num momento de perigo”.

Que causas e considerações políticas levaram o partido do proletariado alemão a abandonar suas mais gloriosas tradições? Nem uma única razão de peso foi dada até agora. Todos os argumentos apresentados estão cheios de contradições. São como comunicados diplomáticos, escritos para justificar um ato já realizado. O diretor do Die Neue Zeit escreve – com a bênção do camarada Kautsky–, que a posição da Alemanha em relação ao czarismo é a mesma que em relação ao bonapartismo em 1870. Ele ainda cita uma carta de Engels: “Toda a massa do povo alemão, sem distinção de classe, reconhece que, antes de tudo, se trata de uma luta nacional, e por isso se levanta como um só homem”. “Atualmente, a socialdemocracia alemã também marcha como um só homem. É uma questão de existência nacional. Substitua-se o bonapartismo pelo czarismo e as palavras de Engels podem aplicar-se também hoje.” Suponhamos que isso seja correto. Mas também aconteceu o fato muito significativo de que Liebkecht e Bebel claramente se absteram de votar pelo dinheiro e confiança ao governo de 1870. Não haveria de aplicar isso também quando se substituiu “o czarismo pelo bonapartismo”? A esta pergunta nenhuma resposta foi dada.

Mas o que Engels realmente escreveu em sua carta sobre as táticas do partido operário?

“Não me parece possível que, em tais circunstâncias, um partido político alemão possa pregar a obstrução total e colocar todos os tipos de considerações menores acima da questão principal”.

Obstrução total! Mas existe um grande fosso entre a obstrução total e a capitulação total de um partido político.

E foi esse fosso que dividiu duas políticas opostas. Na disputa entre Bebel e Schweitzer, Marx e Engels estavam com Bebel contra Schweitzer. Kautsky poderia ter informado isto



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra

Coletânea de Textos
Lénin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

a Hermann Wendel, seu editorialista. Não é mais do que difamação contra os mortos que o jornal satírico *Simplicissimus* reconcilie as sombras de Bebel e Bismarck no paraíso. Se o *Simplicissimus* e Wendel têm o direito de chamar alguém do além para defender a tática da social-democracia alemã, então, não deveriam chamar Bebel? A sombra de Schweitzer é a que agora se estende sobre o partido do proletariado alemão.

Mas a própria analogia entre a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra atual é falsa e equivocada. Deixemos de lado todas as condições internacionais. Esqueçamos que a guerra se distingue antes de tudo pela destruição da Bélgica, e que as principais forças da Alemanha não se lançaram contra o czarismo, mas contra a França republicana. Esqueçamos também que um objetivo da guerra é o esmagamento da Sérvia, e que um de seus motivos é a consolidação do império austro-húngaro dos Habsburgo, o mais reacionário dos governos europeus. Não vamos nos deter no fato de que a atitude da social-democracia alemã desferiu um duro golpe nas esperanças de uma revolução na Rússia que se desenvolveu tão violentamente nestes dois últimos anos. Fechemos os olhos a todos esses fatos, assim como fez a social-democracia alemã, para quem não existiu no mapa nem a Bélgica, nem a França, nem a Inglaterra, nem Sérvia nem Áustria-Hungria. Ocupemo-nos somente da Alemanha.

Em 1870, era bastante fácil estimar o significado histórico da guerra. “Se os prussianos vencerem, a centralização do poder estatal promoverá a centralização da classe operária alemã.” E agora? Qual será o resultado para a classe operária alemã de uma vitória prussiana? Uma expansão territorial poderia beneficiar a classe operária; mas, se deve deixar de lado essa hipótese porque Alemanha e Áustria são aliados: a vitória alemã só pode significar a consolidação e conservação da dinastia austro-húngara. Qualquer expansão da nação alemã não é mais que um passo no caminho que conduz à transformação de um Estado nacional em um Estado dominador de várias nacionalidades, com todas as dificuldades que isto implica para a luta de classes do proletariado.

Ludwig Frank³, quem se expressava como um velho partidário de Lassalle, esperava dedicar-se, após a guerra, ao trabalho de “construção interna” do Estado. Não há dúvida de que a Alemanha precisará dessa “construção interna” depois da vitória. Não há nada, nas experiências históricas da Alemanha nem na de nenhum outro país, que justifique tal esperança.

“Considerávamos como dado qual seria a direção que tomariam os governantes da Alemanha (depois das vitórias de 1870)”, disse Bebel em sua Autobiografia. “Mas não foi mais que uma ilusão da direção do Partido acreditar que um espí-

rito mais liberal prevaleceria na nova ordem. E isto devia ser uma concessão do mesmo homem que até então se mostrara o maior inimigo, não direi do desenvolvimento democrático, mas mesmo de todas as tendências liberais, e que agora, como vencedor, plantou o tacão de sua bota de couraceiro no pescoço do novo Império”. (Aus Meinem Leben, Vol.II, p. 188).

Hoje, não há absolutamente nenhuma razão para esperar um resultado diferente de uma vitória da classe dominante. Pelo contrário. Em 1870, o junkerismo prussiano teve primeiro que se adaptar à nova ordem imperial, e não se sentiu muito seguro imediatamente. Passaram-se oito anos após a vitória sobre a França antes que as leis anti-socialistas⁴ fossem sancionadas. Nesses quarenta e quatro anos, o junkerismo prussiano tornou-se o junkerismo imperial. E se, depois de meio século da mais intensa luta de classes, o junkerismo tem de se colocar à frente da nação vitoriosa, não temos dúvida de que não precisaria dos serviços de Ludwig Frank para a construção interna do Estado, se ele tivesse retornado a salvo da guerra.

Mas muito mais importante do que o fortalecimento da posição da classe dominante é a influência que uma vitória alemã teria sobre o próprio proletariado. A guerra surgiu dos antagonismos entre potências capitalistas e a vitória da Alemanha só pode produzir apenas um resultado: anexações territoriais às custas da Bélgica, França, a imposição de tratados comerciais e novas colônias. A luta de classes estaria submetida então à hegemonia imperialista da Alemanha, a classe operária estaria interessada na manutenção e desenvolvimento desta hegemonia, e o socialismo revolucionário estaria por muito tempo condenado ao papel de uma seita propagandista.

Marx tinha razão quando em 1870 previu, como resultado das vitórias alemãs, um rápido desenvolvimento do movimento operário alemão. Mas agora as condições internacionais apontam para o prognóstico totalmente oposto. A vitória da Alemanha significaria desbastar o movimento revolucionário, seu enfraquecimento teórico e a extinção das ideias marxistas.

ADQUIRA ▶

**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**



R\$5

3 Ludwig Frank (1874–1914): membro socialdemocrata do *Reichstag*. Revisionista. Votou para créditos de guerra e se ofereceu para servir como voluntário para o exército. Morreu em combate na França.

4 Leis anti-socialistas: Elaboradas por Bismarck desde 1862, foram postas em vigor antes mesmo de serem aprovadas pelo Reichstag em outubro de 1878. Todas as atividades extraparlamentares dos socialistas foram proibidas. As leis foram revogadas em 1890, ano em que Bismarck foi derrubado.

Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**